



UNIVERSIDADE  
EDUARDO  
MONDLANE

## **Escola de Comunicação e Artes**

**Curso de Licenciatura em Jornalismo**

**JORNALISMO DE PAZ EM CONTEXTO DE TENSÃO: UMA ANÁLISE DA  
COBERTURA JORNALÍSTICA DA CRISE PÓS-ELEITORAL (2024) NO JORNAL  
“O PAÍS”.**

Candidato: Edmilson Mbebe

Supervisor: Ernesto Nhatsumbo

**Maputo, Setembro de 2025**

**Escola de Comunicação e Artes**  
**Curso de Licenciatura em Jornalismo**

**JORNALISMO DE PAZ EM CONTEXTO DE TENSÃO: UMA ANÁLISE DA COBERTURA  
JORNALÍSTICA DA CRISE PÓS-ELEITORAL (2024) NO JORNAL “O PAÍS”**

Monografia apresentada no Curso de Jornalismo da Escola de Comunicação e Artes, como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciatura em Jornalismo

Candidato: Edmilson Mbebe

Supervisor: Ernesto Nhatsumbo

Maputo, Setembro de 2025

**Escola de Comunicação e Artes**  
**Curso de Licenciatura em Jornalismo**

**JORNALISMO DE PAZ EM CONTEXTO DE TENSÃO: UMA ANÁLISE DA COBERTURA  
JORNALÍSTICA DA CRISE PÓS-ELEITORAL (2024) NO JORNAL “O PAÍS”**

Monografia apresentada no Curso de Jornalismo da Escola de Comunicação e Artes, como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciatura em Jornalismo

Candidato: Edmilson Mbebe

Júri

---

**Presidente:** Natércia Lázaro

Escola de Comunicação e Artes

---

**Supervisor:** Ernesto Nhatsumbo

Escola de Comunicação e Artes

---

**Oponente:** Helio Norberto

Escola de Comunicação e Artes

Maputo, 3 de Setembro de 2025

## DEDICATÓRIA

*À minha mãe dedico. Por ter-me incentivado e acompanhado em todos os momentos do meu percurso académico.*

## AGRADECIMENTOS

Antes de mais, expresso o meu genuíno agradecimento à minha mãe, Isabel Mandlate, e à minha irmã, Ofélia Graciete, pelo apoio durante o meu percurso académico com paciência e amor desde a creche até ao ensino superior.

Endereço o meu profundo agradecimento ao Ayrton Tembe, pelas aulas que me deu no seu Centro de Preparação para os Exames de admissão (PEN) e pelas lições de vida que levarei eternamente comigo.

Endereçar também os meus agradecimentos à turma de 2019, com a qual juntos compartilhámos diversos momentos de felicidades, desafios, mas, que unidos, sempre conseguimos ultrapassar. Todo e qualquer obstáculo que se opusesse ao nosso sucesso estudantil foi vencido graças à união e coesão do grupo. Em especial ao Roberto Inguane, à Eucídia Bombo e à Guilhermina Tinga, colegas conhecidos nesta jornada e que, mais do que colegas, tornaram-se grandes amigos.

Agradeço a todos os professores da ECA, em especial aos que leccionam o curso de jornalismo, por terem partilhado comigo experiências e conhecimentos que levarei para o resto da vida. Em especial, ao meu supervisor, o professor Ernesto Nhantsumbo, pela orientação atenta e dedicada na realização deste trabalho.

*“Caminhos sinuosos despertam mentes adormecidas”*

Tembe, 2013

## RESUMO

O presente estudo analisa o jornalismo de paz em contextos de tensão, tendo como objecto a tensão pós-eleitoral de 2024 em Moçambique. Para isso, o estudo recorre à teoria do enquadramento, ao protocolo metodológico de cobertura jornalística proposto por Silva e Maia (2011), assim como a teoria do jornalismo de paz para melhor orientar a análise. Partindo dos pressupostos do jornalismo de paz, segundo os quais a imprensa pode operar como um agente de construção da paz e de resolução de conflitos, busca-se compreender em que medida a cobertura jornalística da tensão pós-eleitoral contribuiu para a promoção da paz ou, do contrário, reforçou polarizações. Deste modo, foram formuladas duas hipóteses, H1: a cobertura da tensão pós-eleitoral pelo jornal “O País” priorizou a reprodução de discursos oficiais, ignorando a pluralidade de fontes e perspectivas, e H2: a cobertura da tensão pós-eleitoral do jornal “O País” alinhou-se com os princípios do jornalismo de paz, promovendo um discurso equilibrado, com ênfase na pluralidade de fontes. A amostra foi composta por edições publicadas nos meses de novembro e dezembro de 2024, período de pico da crise que foi caracterizado pela violência generalizada. A metodologia usada é a análise de conteúdo quantitativa e qualitativa, baseada no protocolo metodológico de Maia e Silva (2011), porém adaptado as especificidades da pesquisa e, também, baseada na teoria do jornalismo de paz. Em síntese, o estudo constata que o jornal em análise apresenta um modelo de cobertura híbrido que oscila entre indicadores de uma cobertura jornalística orientada para paz e indicadores característicos do modelo de cobertura de guerra, havendo, assim, a necessidade de uma cobertura de conflitos mais orientada para construção de abordagens com discursos jornalísticos focados na pacificação por parte do órgão em estudo.

**Palavras-Chave:** *cobertura jornalística, jornalismo de paz, tensão pós-eleitoral em Moçambique.*

## ABSTRACT

The present study analyzes peace journalism in contexts of tension, focusing on the post-electoral crisis of 2024 in Mozambique. To this end, it draws on framing theory, the methodological protocol for journalistic coverage proposed by Silva and Maia (2011), and the theory of peace journalism to better guide the analysis. Based on the principles of peace journalism, which suggest that the media can act as an agent of peacebuilding and conflict resolution, the study seeks to understand to what extent the journalistic coverage of the post-electoral crisis contributed to promoting peace or, instead, reinforced polarization. Two hypotheses were formulated: H1- the coverage of the post-electoral crisis by the newspaper “O País” prioritized the reproduction of official discourses, neglecting the plurality of sources and perspectives; and H2- the coverage aligned with the principles of peace journalism, promoting a balanced discourse with emphasis on plural sources. The sample consisted of edition published in November and December 2024, a period marked by widespread violence. The methodology used includes quantitative content analysis, based on the protocol of Maia and Silva (2011), adapted to the specificities of the research, and qualitative analysis based on the peace journalism theory. In summary, the study finds out that the newspaper under analysis shows out a hybrid model of coverage that oscillates between indicators of peace-oriented journalism and features characteristic of war journalism. This reveals the need for coverage that is more clearly directed toward peacebuilding approaches and journalistic discourses of pacification by the media outlet in question.

**Keywords:** *Journalistic coverage, peace journalism theory, post-electoral tension in Mozambique.*

## **LISTA DE TABELAS**

TABELA I: Quadro de Categorias de Análise e Interpretação de Dados.....	21
TABELA II: Planilha de Análise de Dados.....	25
TABELA III: Tabela de Resultados Quantitativos.....	28

## **LISTA DE GRÁFICOS**

GRÁFICO A: Fontes de Informação.....	29
GRÁFICO B: Enquadramento.....	31
GRÁFICO C: Tipos de Imagem.....	33
GRÁFICO D: Títulos e Manchetes.....	35
GRÁFICO E: Contextualização.....	37

## **SIGLAS E ABREVIATURAS**

CRM - Constituição da República de Moçambique

CNE – Comissão Nacional de Eleições

FADM – Forças Armadas de Moçambique

IDEA – Instituto Internacional para Democracia e Assistência Eleitoral

RENAMO – Resistência Nacional de Moçambique

PODEMOS – Partido Optimista pelo Desenvolvimento de Moçambique

## SUMÁRIO

<b>DEDICATÓRIA</b> .....	i
<b>AGRADECIMENTOS</b> .....	ii
<b>EPÍGRAFE</b> .....	iii
<b>RESUMO</b> .....	iv
<b>ABSTRACT</b> .....	v
<b>LISTA DE TABELAS</b> .....	vi
<b>LISTA DE GRÁFICOS</b> .....	vi
<b>SIGLAS E ABREVIATURAS</b> .....	vi
<b>Capítulo I</b> .....	1
<b>1. Contextualização</b> .....	1
<b>1.1 Tema e Problemática</b> .....	3
<b>1.3 Hipóteses</b> .....	6
<b>1.2 Justificativa</b> .....	7
<b>1.4 Objectivos da Pesquisa</b> .....	8
<b>Capítulo II</b> .....	9
<b>2. Revisão da Literatura</b> .....	9
<b>2.1 Jornalismo</b> .....	9
<b>2.2 Cobertura Jornalística</b> .....	9
<b>2.3 Jornalismo de Guerra VS Jornalismo de Paz</b> .....	10
<b>2.3.1 Jornalismo de Guerra</b> .....	11
<b>2.3.2 Jornalismo de Paz</b> .....	12
<b>2.4 Eleições</b> .....	13
<b>2.5 Crise</b> .....	14
<b>2.6 Crise Eleitoral</b> .....	14
<b>2.7 Contextualização da Tensão pós-eleitoral em Moçambique (2024)</b> .....	14
<b>2.8 O Papel da imprensa na mediação de conflitos</b> .....	15
<b>2.9 Teoria do Framing (enquadramento noticioso)</b> .....	17
<b>2.9.1 Referencial Teórico</b> .....	18
<b>2.9.1.2 Jornalismo de paz</b> .....	18
<b>Capítulo III</b> .....	20
<b>3. Metodologia</b> .....	20
<b>3.1 Método Quantitativo</b> .....	20
<b>3.2 Método Qualitativo</b> .....	20

3.2.1 Quadro de Categorias para Análise e Interpretação de Dados: .....	21
3.3 Técnica de Recolha de Dados .....	22
3.4 Protocolo Metodológico de Análise de Cobertura Jornalística .....	22
<b>Capítulo IV</b> .....	<b>25</b>
4. Apresentação e Análise de Dados .....	25
4.2 Tabela de Resultados Quantitativos .....	28
1ª.Categoria: Fontes de Informação. ....	29
2ª Categoria: Enquadramento. ....	31
3ª Categoria: Tipos de Imagem.....	33
4ª Categoria: Títulos e Manchetes. ....	35
5ª Categoria: Contextualização.....	37
<b>Capítulo V</b> .....	<b>39</b>
5. Considerações Finais .....	39
6. Referências Bibliográficas .....	41
<b>Anexos</b> .....	<b>43</b>

# Capítulo I

## 1. Contextualização

### **Jornalismo de paz em contexto de tensão: uma análise da cobertura jornalística da crise pós-eleitoral (2024, 4º Trimestre) no jornal “O País”.**

Moçambique realizou as 7<sup>as</sup> eleições gerais no dia 9 de Outubro de 2024, essas eleições foram caracterizadas por irregularidades apontadas por observadores eleitorais nacionais e internacionais. Semanas depois da realização das eleições, uma onda de protestos populares surgiu e rapidamente espalhou-se por diversos pontos do País.

O Governo de Moçambique para travar os protestos reagiu com o uso da força coerciva, prisões em grande número e restrições no acesso às redes sociais nos momentos de pico dos protestos populares.

Esse contexto de tensão pós-eleitoral colocou em xeque-mate o sistema de democracia moçambicano, fragilizou a confiança da sociedade na transparência dos processos eleitorais e evidenciou lacunas do Estado moçambicano no respeito aos direitos constitucionalmente consagrados.

Em meio a este ambiente de declínio de valores democráticos, a cobertura jornalística tornou-se um espaço de disputa simbólica entre as narrativas oficiais e vozes dissidentes. Em uma era digital, entre os órgãos de comunicação social, o jornal “O País” destaca-se por ser o jornal electrónico de maior circulação no país.

Analisar como a imprensa enquadró a crise pós-eleitoral de 2024 é essencial para compreender em que medida quer o modelo de jornalismo convencional, quer o jornalismo de paz ou por último um modelo híbrido, com o melhor dos dois mundos, pode contribuir para reduzir tensões sociais ou, pelo contrário, reforçar a polarização social.

Neste trabalho, procura-se compreender de que maneira é feita a cobertura de tensões pós-eleitorais pela imprensa moçambicana, olhando especificamente para a tensão pós-eleitoral de 2024, durante o período de pico da mesma, entre os meses de novembro e dezembro, tendo como objecto de estudo o diário “O País”.

Neste sentido, com vista a responder à pergunta de partida, a pesquisa fundamenta-se em diversas teorias, como a do enquadramento noticioso, com destaque para a teoria “jornalismo de paz” da autoria de Johan Galtung, o qual permite investigar como determinados meios de

comunicação social estruturam e enquadram a violência, crises e guerras baseando-se em princípios que vão além de uma cobertura isolada da violência, mas sim na exploração das causas profundas dos conflitos.

Estruturalmente o trabalho está dividido em V (cinco) capítulos, quanto a metodologia usada a pesquisa adopta uma abordagem mista que recorre à análise do conteúdo qualitativo e também quantitativo.

## 1.1 Tema e Problemática

### Tema

**Jornalismo de paz em contexto de tensão: uma análise da cobertura jornalística da crise pós-eleitoral (2024) no jornal “O País”**

### Problemática

Moçambique enfrenta crises pós-eleitorais ciclicamente, marcadas por acusações de fraude, violência e polarização social, desde a sua transição para o sistema multipartidário na década de 90. Segundo Chea (2024, p. 14, “no ano de 2000, protestos da RENAMO contra os resultados eleitorais resultaram na morte de 80 manifestantes por asfixia em uma cela após serem detidos pela polícia.”

Nas eleições gerais de 2024, esse cenário repetiu-se com maior intensidade. De acordo com a Deutsche Welle “ (...) Em apenas uma semana, de 23 a 29 de dezembro de 2024, a repressão aos protestos pós-eleitorais resultou em 176 mortos, 240 feridos por tiro, além de detenções arbitrárias e desaparecimentos”. (DW: 30.12.2024)<sup>1</sup>

Esses episódios ilustram o padrão histórico de instabilidades pós-eleitorais. Nesse sentido, a imprensa moçambicana enfrenta o desafio de mediar as informações entre a sociedade e o governo, equilibrando o rigor informativo com a responsabilidade social do jornalismo.

Assim, emerge a relevância do jornalismo de paz ou “*peace journalism*”, uma teoria formulada por Johan Galtung nos anos de 1960, que sugere que o jornalismo deve transcender a cobertura superficial dos conflitos para promover diálogos e soluções pacíficas.

De acordo com Galtung (2002, p. 11) “o jornalismo, além de relatar os eventos, deve actuar como mediador de conflitos, promovendo o diálogo e evitando a amplificação da violência.”.

Outros autores complementam essa visão, para Kempfl (2007, p. 112) “essa mediação exige que a imprensa traduza as demandas sociais para o Estado e explique as acções governamentais à sociedade, evitando a escalada de desinformação”.

---

<sup>1</sup> DW Africa disponível em <<https://www.facebook.com/share/1AzAygOwmT/?mibextid=WC7FNe>> consultado a 01.03.2025 as 14h51’.

Deste modo, fica claro que a cobertura jornalística de tensões políticas deve guiar-se por princípios que garantam a imparcialidade, diversidade de fontes de informação e, sobretudo, a promoção do diálogo, contribuindo para a estabilidade democrática.

No entanto, pesquisas sobre imprensa e eleições em Moçambique tendem a focar-se em aspectos técnicos, como o nível de acesso à informação ou o tempo de antena, negligenciando o papel do jornalismo como um agente mediador de conflitos.

Nesse sentido, surge o jornalismo de paz como referencial crítico para avaliar como a cobertura mediática pode contribuir para reduzir ou mediar tensões e, conseqüentemente, promover a estabilidade democrática no país.

Segundo Galtung (2002), o jornalismo de paz contrasta com o jornalismo de guerra, que tende a enfatizar o confronto e a violência, ao trazer enquadramentos, linguagem e critérios de noticiabilidade que favorecem a pacificação.

Uma matéria publicada pelo jornal “O País”, na edição do dia 10 de Dezembro de 2024, intitulada “**Comunidade Muçulmana pede que o governo dialogue mais com o povo**” dá destaque ao apelo da comunidade muçulmana, o que sugere um enquadramento que, até certo ponto, estimula a busca por soluções pacíficas para tensão pós-eleitoral.

Entretanto, no corpo da mesma matéria, encontram-se trechos que reforçam a polarização política, aproximando-se ao jornalismo de guerra, no sexto parágrafo o jornal reproduz integralmente a fala do Ministro do Interior que diz o seguinte “*hoje a província de Maputo está bloqueada. (...) Pessoas mais conscientes não aderem a isso, mas pessoas menos conscientes, jovens, sobretudo os que consomem bebidas, não das melhores, que consomem estupefacientes e aparecem como pessoas anormais, são induzidos a praticar estes actos.*”.

Ao reproduzir esse discurso inflamatório sem nenhum contraponto, o jornal adota um enquadramento que se alinha ao jornalismo de guerra, deslegitimando os manifestantes e ignorando as causas estruturais da crise, um aspecto criticado por Galtung (2002), ao afirmar que o jornalismo de guerra tende a simplificar questões complexas do conflito e a reforçar estereótipos negativos.

Lynch (2005, p. 89) acrescenta que “a imprensa deve funcionar como ponte crítica, amplificando vozes marginalizadas e evitando discursos e enquadramentos polarizadores.”.

No entanto, em uma análise exploratória da cobertura jornalística da tensão pós-eleitoral (2024) no jornal “O País” observou-se que a realidade prática jornalística moçambicana apresenta uma tendência a reproduzir discursos oficiais sem o devido questionamento crítico.

Na edição do dia 25/12/24, foi divulgada pelo jornal em estudo uma matéria intitulada **“Manifestações fazem 21 mortos e PRM fala de ligação com terrorismo de Cabo Delgado”**, nos parágrafos 4 e 5, respectivamente, aparece escrito o seguinte: *“O ministro disse, por isso, que, diante da situação, as Forças de Defesa e Segurança (FDS) irão intervir, pois não podem assistir de forma impávida ao crescimento da violência que voltou a chamar de terrorismo urbano.” “Disse, ainda, que não se pode chamar e nem considerar estes actos criminosos de manifestações pacíficas (...)”*.

O articulista limitou-se a reproduzir integralmente o discurso do Ministro, que associa os protestos pós-eleitorais a actos de terrorismo, sem incluir fontes diferentes com abordagens de confronto, nem questiona a narrativa oficial.

Este “monólogo oficial” contraria os dizeres de Goldrick (2005, p. 32) *“(...) a mediação eficaz requer não apenas a pluralidade de fontes, mas exige do jornalista um rigor na checagem de discursos inflamatórios”*.

Outro exemplo relevante pode ser observado na edição do dia 19/11/2024, em que o jornal em análise publicou a matéria **“Nyusi realça a importância das soluções para o actual cenário no país”** o primeiro parágrafo diz o seguinte: *“o presidente da república, Filipe Nyusi, reuniu-se, esta segunda-feira, na Cidade de Maputo, com um grupo de moçambicanos que, nos anos a seguir à proclamação da independência nacional, integrou a geração 8 de Março. O propósito foi procurar soluções para o actual contexto sociopolítico.”*

No corpo da matéria, das fontes citadas predomina Filipe Nyusi, ocupando 80 por cento do texto, com citações directas, no entanto, o grupo *“geração 8 de Março”* somente é citado de forma indirecta, ocupando apenas 20 por cento do texto, sem nenhuma citação directa sobre a sua opinião, nem mesmo sobre as suas perspectivas sobre a crise pós-eleitoral.

A matéria reproduz, novamente, um monólogo oficial, ignorando o princípio jornalístico de diversidade de fontes de informação, o que contraria os princípios do jornalismo de paz que, segundo Galtung (2002), exige dos meios de comunicação social um equilíbrio das narrativas.

Segundo McGoldrick (2005), os enquadramentos que tendem a reproduzir o discurso de fontes oficiais como verdades absolutas, sem questionamento crítico, comprometem o pluralismo informativo proposto pela teoria do jornalismo de paz.

Em contrapartida, Wolfsfeld (2004) aponta que o jornalismo, quando bem conduzido, pode reduzir tensões ao oferecer uma narrativa equilibrada e evitar enfatizar antagonismos.

Portanto, a cobertura da tensão pós-eleitoral, quando devidamente explorada pela imprensa, seguindo os princípios de jornalismo de paz, teria o potencial de reduzir as tensões entre a sociedade e o governo, contribuindo para a estabilidade democrática.

Diante deste cenário, nasce a seguinte **pergunta de partida**: *Em que medida as reportagens sobre a tensão pós-eleitoral (2024), no jornal “O País” adotaram princípios voltados para paz e estabilidade social em Moçambique?*

### 1.3 Hipóteses

Segundo Laville e Dionne (1999), a hipótese é uma preposição que antecipa a explicação para um fenómeno, formulada de maneira clara e passível de verificação, que pode ser confirmada ou refutada ao longo da investigação científica. Para esta pesquisa, foram concebidas as seguintes hipóteses para guiar o estudo e responder à pergunta de partida:

1. A cobertura da tensão pós-eleitoral pelo jornal “O País” priorizou a reprodução de discursos oficiais, ignorando a pluralidade de fontes e perspectivas.
2. A cobertura da tensão pós-eleitoral do jornal “O País” alinou-se aos princípios do jornalismo de paz, promovendo um discurso equilibrado, com ênfase na pluralidade de fontes.

## 1.2 Justificativa

A relevância da reflexão sobre o jornalismo de paz em contextos de tensões políticas justifica-se pela necessidade de estudar o papel da imprensa na mediação de conflitos político-sociais, considerando como referencial crítico os princípios da teoria do jornalismo de paz.

A cobertura jornalística de crises pós-eleitorais em Moçambique tem revelado limitações na sua capacidade de mediar conflitos e fomentar o diálogo social, existe a tendência de reproduzir discursos oficiais de forma acrítica, o que tem contribuído para a polarização social.

A imprensa moçambicana apresenta um padrão no qual, em crises pós-eleitorais, frequentemente oscila entre megafone do Estado e plataforma de denúncia, faltando-lhe, porém, o papel de mediadora activa, que contextualiza as disputas e promove a responsabilização.

No âmbito social, a tensão pós-eleitoral de 2024 evidenciou não apenas fragilidades democráticas, mas também o papel ambíguo da imprensa, enquanto alguns meios de comunicação social funcionavam como megafones de discursos oficiais que criminalizavam os protestos, outros amplificavam narrativas polarizadoras. Nesse contexto, o quarto poder desempenha um papel fundamental na mediação das demandas sociais e acções do governo, devendo promover o diálogo entre as partes.

No âmbito académico, ao examinar a cobertura jornalística do jornal “O País” durante o período da tensão pós-eleitoral de 2024, será possível compreender em que medida a imprensa moçambicana adoptou enquadramentos voltados para a pacificação e estabilidade social ou se actuou como amplificador de polarizações sociais.

Além de preencher uma lacuna nos estudos sobre a relação entre o jornalismo e eleições em Moçambique, este estudo espera contribuir para o debate global sobre o jornalismo de paz cuja aplicação em contextos africanos ainda é pouco explorada, embora haja crises políticas recorrentes por todo continente africano.

Por fim, no âmbito pessoal, a escolha deste tema nasce do meu interesse em estudar de que forma o jornalismo de paz pode ser usado como um mecanismo para reduzir as tensões cíclicas que assolam o país sempre que os Moçambicanos vão as urnas.

## **1.4 Objectivos da Pesquisa**

### **1.4.1 Geral**

- ❖ Analisar a cobertura jornalística da tensão pós-eleitoral de 2024, no jornal “O País” à luz dos princípios do jornalismo de paz.

### **1.4.2 Específicos**

- ❖ Identificar os discursos dominantes nos enquadramentos usados pelo jornal “O País” na cobertura da tensão pós-eleitoral (2024);
- ❖ Estudar o alinhamento da cobertura da tensão pós-eleitoral (2024) com os princípios da teoria do jornalismo de paz;
- ❖ Compreender o alinhamento da cobertura da tensão pós-eleitoral (2024) com princípios da teoria do jornalismo de guerra.

## Capítulo II

### 2. Revisão da Literatura

Fazer revisão da literatura em torno de uma questão, segundo Laville e Dionne (1999, é “ (...) para o pesquisador, revisar todos os trabalhos disponíveis, objectivando seleccionar tudo o que possa servir em sua pesquisa, deles se serve para alimentar os seus conhecimentos, afinar as suas perspectivas teóricas, precisar e objectivar o seu aparelho conceptual.”.

#### 2.1 Jornalismo

Segundo Barbosa (1996), o jornalismo constitui-se em uma prática social de construção de significados que selecciona e organiza factos para oferecer ao público uma versão legítima da realidade.

Para Traquina (2005), o jornalismo é não é mero um espelho da realidade, mas é antes um produto dos processos selectivos jornalísticos que envolvem a selecção de narrativas cujos profissionais do jornalismo participam activamente na construção dessa mesma realidade.

#### 2.2 Cobertura Jornalística

A cobertura jornalística, segundo Traquina (2005, p.73), “resulta de um conjunto de decisões editoriais que determinam quais eventos são transformados em notícias, como são apresentados e quais fontes são privilegiadas, reflectindo os valores notícia adoptados.”

Mauro Wolf reforça essa visão, em sua obra “*Teorias da Comunicação*”, ao conceituar a cobertura jornalística como um processo de mediação da realidade que é influenciado por factores de ordem institucional, económica ou cultural.

Segundo Wolf (2003, p.115) “A cobertura jornalística deve ser compreendida como um processo de mediação, no qual a realidade não é simplesmente reproduzida, mas reconstruída segundo lógicas institucionais, critérios de noticiabilidade e enquadramentos culturais.”.

A mesma perspectiva é compartilhada por outros autores que também conceituam a cobertura jornalística como um processo discursivo que para além de informar, forma a percepção pública dos eventos sociais dando ênfase a certos detalhes e excluindo outros.

De acordo com Sodré & Ferrari (1986, p. 89). “A cobertura jornalística não apenas transmite informações, mas também organiza e hierarquiza o mundo social, construindo significados por meio da ênfase em determinados aspectos e a omissão de outros”.

Hallin e Mancini (2004) acrescentam que a cobertura jornalística é condicionada em função do grau de influência do poder político sobre a redação e também pelo nível de profissionalismo do jornalista.

Segundo Hallin & Mancini (2004, p.21). “O modo como os eventos são cobertos jornalisticamente varia de acordo com as relações entre a mídia e a política, a estrutura dos sistemas de comunicação e o grau de profissionalismo dos jornalistas.”.

Em contextos de instabilidade política, estes factores tornam-se ainda mais importantes, pois a imprensa pode, potencialmente, reforçar discursos dominantes quanto também pode promover uma cobertura pluralista e contextualizada.

### **2.3 Jornalismo de Guerra VS Jornalismo de Paz**

A área de estudos sobre cobertura jornalística de conflitos armados, guerras e tensões é marcada por dois modelos de cobertura antagónicos: o Jornalismo de Guerra e o Jornalismo de Paz. Enquanto o modelo tradicional (jornalismo de guerra) prioriza a violência, o jornalismo de paz busca contextualizar as causas estruturais dos conflitos, trazendo uma abordagem mais ampla.

Conceituar essa dualidade teórica é fundamental para analisar como foi feita a cobertura da tensão pós-eleitoral de 2024, em que a imprensa tendencialmente priorizava narrativas oficiais, episódios de violência policial ou casos de vandalização, aproximando-se do modelo de jornalismo de guerra e, conseqüentemente, negligenciando as causas históricas como as fragilidades institucionais pós-constituição multipartidária de 1990.

A cobertura de conflitos em Moçambique, desde a Guerra de Independência até o terrorismo em Cabo Delgado, revela uma tendência a narrativas polarizadoras que, em muitos casos, exacerbam divisões sociais. Esta realidade torna urgente uma análise crítica sobre o papel da mídia na interseção entre guerra e paz, especialmente no que diz respeito à sua capacidade de promover a reconciliação em um contexto de reconstrução pós-conflito. (Castro, 2024, p.56).

Assim, percebe-se que em países como Moçambique, marcado por tensões e conflitos históricos recorrentes, a imprensa acaba exercendo um papel chave na manutenção da paz durante e após os conflitos. Segundo McGoldrick (2005) A mídia não apenas informa, mas desempenha um papel decisivo na construção de narrativas, moldando percepções e influenciando tanto a opinião pública quanto a dinâmica social e política de uma dada nação.

Por sua vez, Galtung (2002), defende que a cobertura jornalística de conflitos ou tensões ramifica-se em dois grandes paradigmas distintos, nomeadamente o modelo de cobertura de jornalismo de guerra e o modelo de cobertura de jornalismo de paz.

Ainda segundo Galtung (2002), esta dicotomia transcende a dimensão técnica, pois é antes ética e epistemológica, a medida em que espelha formas distintas que a imprensa adota para interpretar e intervir na construção da realidade social.

### **2.3.1 Jornalismo de Guerra**

A cobertura de conflitos destaca-se como uma das formas mais importantes e impactantes do jornalismo, oferecendo ao público um relato dos acontecimentos, com imagens e vídeos da linha de combate.

De acordo com Galtung (2002), o conceito de “jornalismo de guerra” refere-se à prática jornalística que enfatiza o confronto e a polarização nos relatos sobre conflitos.

Para Allan e Zelizer (2004), o jornalismo de guerra, como prática profissionalizada, consolidou-se na segunda metade do século XIX, durante a Guerra da Crimeia (1853-1856), quando, pela primeira vez, jornalistas foram enviados especificamente para a cobertura de um conflito armado.

Desde então, o jornalismo de guerra transformou-se em uma prática jornalística popular e que foi evoluindo até à actualidade.

O jornalismo de guerra, segundo Filho (2005, p. 112), “é uma especialidade do jornalismo que muitas vezes serve aos interesses do governo e forças militares, adoptando enquadramentos que justifiquem as acções bélicas e desumanização do inimigo”.

Para Guareschi (2000, p. 87), “o jornalismo de guerra tende a enfatizar uma visão dicotómica do mundo, na qual há um lado certo e um lado errado, invisibilizando a complexidade dos conflitos e reduzindo as possibilidades de compreensão crítica da realidade”.

No entanto, há um desafio ético enfrentado pelo jornalismo de guerra, segundo Paixão (2016, p. 132), “o jornalismo de guerra enfrenta um desafio ético de equilibrar a necessidade de informar com a responsabilidade de não se tornar um instrumento de propaganda ou manipulação dos actores envolvidos”.

Este desafio observa-se na prática jornalística moçambicana, em que a imprensa tende a retratar os protestos decorrentes da tensão pós-eleitoral de 2024, como eventos isolados, sem conectá-los aos padrões históricos de instabilidade política.

Essa abordagem recorrente na imprensa nacional alinha-se com as características do jornalismo de guerra que, simplesmente, foca-se na violência imediata, em vez de explorar as causas conjunturais do conflito. É neste contexto que emerge a relevância do “**jornalismo de paz**”, como uma teoria orientadora para a presente pesquisa.

### **2.3.2 Jornalismo de Paz**

O jornalismo de paz é uma teoria sobre cobertura jornalística de conflitos alternativa ao modelo anteriormente discutido “jornalismo de guerra”, a teoria do jornalismo de paz é proposta pelo sociólogo Johan Galtung, um dos principais teóricos de estudos de paz e de conflitos.

Galtung introduziu o conceito de jornalismo de paz no início do século XXI. Segundo Galtung (2002, p. 261), “O jornalismo de paz se concentra em soluções, dá voz a todos os lados envolvidos, expõe as causas profundas dos conflitos e evita linguagens inflamatórias que reforçam estereótipos e a polarização.”

Segundo os princípios da teoria do jornalismo de paz, o jornalista não apenas faz o relato dos acontecimentos, mas igualmente influencia a maneira como os conflitos são percebidos e resolvidos.

McGoldrick, ao expandir a teoria introduzida por Galtung, defende que o jornalismo de paz não significa ignorar a violência, mas significa procurar compreendê-la dentro do seu contexto mais amplo.

De acordo com McGoldrick (2005, p.6) “O jornalismo de paz rejeita a visão reducionista do conflito como um duelo entre vencedores e perdedores, promovendo narrativas que incentivam o diálogo e a pacificação.”.

Esta abordagem contrapõe-se ao modelo tradicional de cobertura de conflitos designado “jornalismo de guerra” que tende a enfatizar a violência, usar linguagem inflamatória e a simplificar conflitos complexos.

O jornalismo de paz distingue-se do jornalismo de guerra em diversos aspectos fundamentais, ao longo da história do jornalismo, os meios de comunicação social frequentemente adoptam enquadramentos que reforçam a lógica belicista e a desumanização de um dos lados.

Segundo Keeble (2001, p. 91) “A mídia frequentemente adota uma lógica do jornalismo de guerra, reproduzindo discursos oficiais e desumanizando o ‘outro lado’, enquanto o jornalismo de paz busca romper com essa dinâmica e promover uma abordagem mais ética e inclusiva.”.

Desta forma, o jornalismo de paz surge como um modelo necessário em tempos de crise, oferecendo um contraponto à cobertura tradicional e, ao mesmo tempo, contribuindo para um debate mais equilibrado sobre conflitos. Nesse sentido, Galtung propõe cinco (05) princípios fundamentais do jornalismo de paz:

- ❖ **Exploração do contexto do conflito:** em vez de focar-se exclusivamente nos eventos violentos, busca-se analisar as causas estruturais do conflito como desigualdades sociais, disputas políticas ou factores históricos.
- ❖ **Inclusão de todas perspectivas:** enquanto o jornalismo de guerra prioriza fontes oficiais, o jornalismo de paz amplia a diversidade de fontes informativas, incluindo civis, organizações de direitos humanos e pesquisadores.
- ❖ **Ênfase em soluções:** além de relatar os problemas, essa abordagem reforça iniciativas de mediação, negociações e esforços humanitários.
- ❖ **Evitar linguagem inflamatória:** o uso de expressões como “terroristas” frequentemente empregada no jornalismo de guerra pode reforçar estereótipos e perpetuar o conflito, o jornalismo de paz adota termos mais neutros e analíticos.
- ❖ **Destacar os impactos humanos:** mais do que mostrar apenas confrontos, há um esforço para trazer à tona consequências dos conflitos para a população civil e destacar histórias de resistência e solidariedade.

A relevância destes princípios destaca-se quando Kempf (2007, p. 43) aponta que “ (...) o jornalismo pode tanto contribuir para a escalada de um conflito quanto ajudar a preveni-lo ou resolvê-lo. O jornalismo de paz não significa ignorar a violência, porém relatá-la de maneira que estimule a busca por soluções”.

## 2.4 Eleições

Eleição é o processo pelo qual um grupo de indivíduos pertencentes a uma organização, comunidade ou país escolhem, por meio de votação, os seus representantes ou líderes para cargos públicos. Segundo a Constituição da República de Moçambique (CRM), as eleições assentam-se no princípio do sufrágio universal, directo, igual, secreto e pessoal, sendo todo o processo regulado em cada detalhe por regulamentação ordinária.

## **2.5 Crise**

Segundo Faria (2017), o conceito de crise foi introduzido inicialmente pelos gregos em áreas como medicina e teologia, e transmitia a ideia de oposição de escolhas entre alternativas extremas que estaria presente em todas áreas da vida. No século XVII, o conceito “crise” expandiu-se para economia, política, psicologia e outras áreas.

## **2.6 Crise Eleitoral**

Segundo o relatório da Internacional IDEA de 2015, uma crise eleitoral pode ser entendida como alguma espécie de crise humanitária ou outra, na qual os problemas administrativos ou de outra ordem, mas directamente relacionados com um processo eleitoral funcionam como gatilho para a eclosão da tensão.

## **2.7 Contextualização da Tensão pós-eleitoral em Moçambique (2024)**

Moçambique enfrenta ciclos recorrentes de instabilidade pós-eleitorais desde as suas primeiras eleições multipartidárias de 1994, marcadas por acusações de fraude eleitoral, violência e polarização social.

Por exemplo, no ano de 2000, segundo Chea (2024, p. 14), “Protestos liderados pela RENAMO contra os resultados eleitorais resultaram na morte de 80 manifestantes por asfixia em uma cela após serem detidos pela polícia.”

Esse padrão histórico de instabilidade pós-eleitoral culminou com uma crise sem precedentes após a realização das eleições gerais de 2024, a crise foi caracterizada por contestação dos resultados, escalada de violência e restrições à liberdade de expressão.

De acordo com os resultados divulgados pela Comissão Nacional de Eleições (CNE), Daniel Chapo, candidato presidencial do partido no poder, foi declarado vencedor com 70% dos votos, contra 24% de Venâncio Mondlane.

No entanto, a divergência sobre a transparência do processo eleitoral gerou uma desconfiança generalizada devido a denúncias de irregularidades no apuramento dos votos. Mas o evento que precipitou a tensão política ocorreu na madrugada do dia 19 de outubro de 2024, quando Elvino Dias, assessor jurídico de Venâncio Mondlane, e Paulo Guambe, membro do partido PODEMOS, foram assassinados a tiros em circunstâncias ainda não esclarecidas, alimentando suspeitas de intimidação política.

Após esse evento, ocorreu uma série de protestos por todo país desde o dia 21 de outubro de 2024 e, segundo dados divulgados pela DW, mais de 350 pessoas perderam a vida durante a

tensão pós-eleitoral, incluindo membros das Forças Armadas de Moçambique (FADM), crianças e civis.

“(…) Em apenas uma semana, de 23 a 29 de dezembro de 2024, a repressão aos protestos pós-eleitorais resultou em 176 mortos, 240 feridos por tiro, além de detenções arbitrárias e desaparecimentos”. (DW: 30.12.2024)<sup>2</sup>

Durante o ápice da crise pós-eleitoral, o governo decidiu impor um bloqueio no acesso à internet móvel e às redes sociais, a restrição durou mais de duas semanas, alegando motivos de segurança nacional. Limitando o fluxo de informações e criando empecilhos para a organização de mais protestos.

“O Ministro dos Transportes e Comunicações, Mateus Magala, apela aos moçambicanos a pautarem pelo civismo de modo a que não haja interrupção das comunicações. Mateus Magala explica que as actuais restrições recorrentes de internet visam evitar a destruição do país.” **O País (11.11.2024).**

Adicionalmente, durante a cobertura dos protestos pós-eleitorais, jornalistas também foram feridos. “*Na manhã desta segunda-feira, na cidade de Maputo, alguns jornalistas e repórteres de imagem foram atingidos por gás lacrimogéneo (e respectivas cápsulas) disparado pela Polícia da República de Moçambique, enquanto exerciam o seu trabalho.*” (**O-País 21.10.2024).**

Neste cenário, configura-se como urgente analisar como a imprensa enquadrou a crise pós-eleitoral de 2024, sobretudo diante da dicotomia entre o jornalismo de guerra centrado na violência e o jornalismo de paz, o qual prioriza o aprofundamento das causas estruturais. A cobertura jornalística, neste caso, pode ter contribuído para a escalada da violência ou para estimular iniciativas de diálogo e pacificação.

## **2.8 O Papel da imprensa na mediação de conflitos**

A imprensa desempenha um papel fundamental na mediação de conflitos, sobretudo em contextos de instabilidade política e social, como a tensão pós-eleitoral de 2024. A cobertura jornalística pode, potencialmente, tanto amplificar o conflito quanto reduzir as tensões.

A construção da realidade social está dependente da prática jornalística, segundo (ALSINA, 1996 *apud* MAROPO, 2014, p. 8), “a realidade que nos é transmitida pelos meios à disposição

---

<sup>2</sup> DW Africa disponível em <<https://www.facebook.com/share/1AzAygQwmT/?mibextid=WC7FNe>> consultado a 01.03.2025 as 14h51’.

não é transparente, mas antes mediada entre os que lhe dão forma de narração, convertendo-a numa realidade pública.”.

A partir dessa perspectiva, a imprensa não deve ser observada como apenas um veículo neutro de transmissão de informações, mas antes, como um espaço de disputa onde diferentes grupos procuram legitimar as suas narrativas.

Segundo (RIBEIRO E FOSSÁ, 2009 *apud* MENEGHETTI, 2011), “A linguagem jornalística é a normalizadora da sociedade, é ela que ameniza o caos social (...) Os jornalistas são formadores de opinião pública, construtores da agenda sobre política, economia e construção social.”

Nesse sentido, a imprensa tem a capacidade de moldar discursos e influenciar a percepção pública sobre crises políticas, podendo agir tanto para aumentar as tensões quanto para criar pontes de diálogo entre os envolvidos.

Assim, a mediação jornalística não se limita à neutra transmissão de acontecimentos, mas constitui-se como um processo de construção da realidade social, onde narrativas são moldadas sob perspectivas específicas com fins específicos.

Segundo Curran (2002, p. 44) “a mídia não existe isoladamente, mas como parte de um contrato social mais amplo, no qual seu papel é informar, fiscalizar o poder e representar os interesses da sociedade”.

Nesse sentido, o jornalismo constitui-se como um mediador socialmente reconhecido e legitimado pelo público, formando-se uma espécie de contrato social entre a imprensa e a sociedade.

Para Walter (1992, p. 81), “A imprensa é o principal elo entre o governo e o público, e sua função social está enraizada na necessidade de interpretar os eventos de forma acessível, mantendo o equilíbrio entre a liberdade de expressão e a responsabilidade cívica.”

De acordo com Reis (2010, p. 36), “a mídia ao estabelecer pontes entre diferentes grupos sociais e o Estado, desempenha um papel crucial na mediação de conflitos, seja ao dar visibilidade a determinados discursos, seja ao ocultar narrativas alternativas.”.

Deste modo, fica claro que socialmente o jornalismo acaba sendo um mediador da consciência social, ao mesmo tempo que constrói a realidade social. Porém, a capacidade da imprensa actua

como mediadora de conflitos está condicionada ao seu compromisso com uma cobertura contextualizada e a sua independência do poder político.

Portanto, a cobertura jornalística de conflitos deve garantir que a sua influência na percepção pública não legitime discursos polarizadores, mas, sim, que promova a pluralidade de perspectivas. Esse equilíbrio é, sobretudo, essencial em contextos como o da tensão pós-eleitoral de 2024, onde a cobertura pode tanto amplificar as tensões como pode abrir caminhos para o diálogo e pacificação.

## **2.9 Teoria do Framing (enquadramento noticioso)**

A teoria do enquadramento noticioso defende que a forma como a imprensa estrutura a informação influencia não apenas o que a sociedade pensa, mas, sobretudo, como pensa sobre determinado assunto.

Segundo Entman (1993), diferente da teoria “*agenda-setting*” ou do agendamento que se foca no que é noticiado, a teoria do *framing* concentra-se em como a notícia é construída, destacando determinadas perspectivas e omitindo outras, justamente para promover interpretações específicas.

De acordo com Traquina (2008), os estudos de Entman representaram um avanço para a comunicação social, pois, até então, as teorias do jornalismo estavam restritas às noções de selecção de factos e agendamento, mas mais do que seleccionar o que será notícia, o jornalismo enquadra os acontecimentos.

O conceito de “Framing” surgiu com o antropólogo Gregory Bateson em 1954 que definiu frame como “estrutura cognitiva de interpretação de realidade”. Décadas depois, Goffman em 1974 consolidou a teoria na obra “*Frame Analysis*” defendendo que os indivíduos organizam as suas experiências por meio de molduras “frames” sociais.

Segundo Goffman (1974), na comunicação esses enquadramentos são ferramentas discursivas usadas pela imprensa para simplificar questões complexas, como conflitos políticos.

Segundo a teoria do Framing, a mídia faz uso de certas palavras, ideias, expressões ou adjectivos que promovem uma abordagem que molda um dado acontecimento, dando ênfase a certos aspectos e ocultando outros. Nisso, a imprensa acaba fazendo recortes de ângulos específicos de factos, o que influencia directamente a percepção pública deste acontecimento.

Segundo Van Gorp (2010), o jornalista tem a disposição um repertório de “molduras”, que podem ser úteis para construir uma notícia, mas factores organizacionais e as relações com as fontes de informação determinam a escolha de um enquadramento no lugar de outro.

De acordo com Traquina (2008, p. 45) “o enquadramento noticioso não é neutro, ele reflecte relações de poder e ideologias dominantes”. Essas observações são fundamentais para compreender se a cobertura da tensão pós-eleitoral (2024) seguiu o modelo de jornalismo de guerra, focado em enquadramentos de violência, ou o jornalismo de paz, focalizado em causas e soluções possíveis.

No contexto da tensão pós-eleitoral de 2024, a teoria do enquadramento noticioso permite analisar como a imprensa legitimou ou criminalizou os protestos ou ainda que narrativas foram enfatizadas.

## **2.9.1 Referencial Teórico**

### **2.9.1.2 Jornalismo de paz**

A teoria do jornalismo de paz traz uma abordagem teórica e metodológica que se propõe como um modelo alternativo ao modelo de cobertura jornalística de crises e conflitos tradicional, considerado jornalismo de guerra.

Segundo Galtung (2002), enquanto o jornalismo de guerra dá maior destaque à violência e dicotomias de vencedores e perdedores, o jornalismo de paz busca compreender os conflitos em sua complexidade, explorando as causas estruturais e destacando caminhos para a resolução

O conceito de jornalismo de paz foi introduzido pelo sociólogo Johan Galtung. Segundo o autor, o jornalismo de paz, na sua essência, deve cumprir com (5) cinco princípios fundamentais.

- Explorar o contexto do conflito, evitando uma cobertura limitada a cobrir episódios de violência de forma isolada;
- Inclusão de múltiplas perspectivas, diversificando fontes de informação e não apenas a priorização de discursos oficiais;
- Enfatizar soluções, abordando iniciativas de mediação e esforços para a pacificação;
- Evitar linguagens inflamatórias, substituindo o uso de termos como “terrorista” que podem reforçar estereótipos e agravar a tensão;
- Destacar os impactos humanos, dar visibilidade das consequências do conflito para a vida de civis e comunidades afectadas.

McGoldrick (2005) realça que o jornalismo de paz não significa ignorar a violência, mas contextualizá-la dentro de um cenário mais amplo, permitindo ao público compreender o conflito por uma lente além da lógica de confronto bélico.

De acordo com Galtung (2002), historicamente, os meios de comunicação social frequentemente adoptam enquadramentos que favorecem discursos belicistas e reforçam a polarização social.

O jornalismo de paz, por seu turno, propõe uma cobertura mais ampla e equilibrada, promovendo a diversidade de vozes e evitando a instrumentalização da própria imprensa pelo próprio poder político.

A teoria do enquadramento noticioso faz um entrosamento com a teoria do jornalismo de paz, na medida em que estuda como a imprensa molda a percepção dos acontecimentos por meio da selecção e ênfase em determinadas perspectivas da realidade.

Ao analisar a cobertura da tensão pós-eleitoral à luz da teoria do enquadramento noticioso e do jornalismo de paz, será possível aferir se o enquadramento adoptado pelo diário “O País” reforça narrativas centradas na violência e confrontação (modelo de cobertura de jornalismo de guerra), ou se houve esforços para contextualizar a crise, dar voz aos múltiplos actores envolvidos (modelo de cobertura de jornalismo de paz).

## Capítulo III

### 3. Metodologia

Metodologia é o conjunto de caminhos e técnicas adoptadas para alcançar um objectivo científico. Segundo Gil (2008), para que um conhecimento possa ser considerado científico, torna-se necessário identificar as operações mentais e técnicas que possibilitam a sua verificação.

Assim, nessa sessão, serão apresentados os procedimentos metodológicos a ser usados no estudo que busca compreender o papel do jornalismo de paz na cobertura de crises políticas, tendo como objecto de estudo a cobertura jornalística da tensão pós-eleitoral de 2024. Deste modo, o estudo adopta o método misto (qualitativo e quantitativo).

#### 3.1 Método Quantitativo

Segundo Lima (2015), a pesquisa quantitativa caracteriza-se pela quantificação nas modalidades de colecta de dados e no seu tratamento, mediante técnicas estatísticas, tais como percentual, média, entre outros. Neste estudo, o método quantitativo permitirá a quantificação do número total de matérias publicadas sobre a tensão pós-eleitoral e a distribuição dos géneros jornalísticos empregados.

Essa análise estatística permitirá ao estudo compreender a frequência e o perfil da cobertura jornalística do jornal “O País” da tensão pós-eleitoral, fornecendo uma base empírica para a interpretação qualitativa.

#### 3.2 Método Qualitativo

O método qualitativo visa compreender fenómenos sociais que podem ser explicados plenamente, somente com recurso aos dados numéricos. Segundo (BOGDAN E SARI, *apud* BOAVENTURA, 2007, p.56), “este método é essencial para captar significados, interpretações e construções simbólicas.”

Neste estudo, a análise qualitativa centra-se no estudo dos significados atribuídos à tensão pós-eleitoral (2024) em Moçambique pelo diário “O País”, examinando de que maneira a cobertura enquadró a crise e quais discursos foram predominantes.

Para isso, adopta-se a análise de conteúdo, técnica que possibilitará a interpretação sistemática das matérias jornalísticas, permitindo verificar se o enquadramento dominante nas matérias publicadas está alinhado com o jornalismo de guerra ou com o jornalismo de paz e identificar as fontes frequentes na produção das notícias.

### 3.2.1 Quadro de Categorias para Análise e Interpretação de Dados:

Este quadro permitirá avaliar se a cobertura jornalística do jornal “O País” esteve mais alinhada ao modelo de jornalismo de guerra ou ao de jornalismo de paz, contribuindo para a análise crítica da actuação da imprensa nacional durante a tensão pós-eleitoral.

O quadro abaixo foi extraído do *protocolo metodológico de análise de cobertura jornalística* de Silva e Maia (2011) e, adaptado para que possa conter os indicadores do jornalismo de paz e de guerra segundo Galtung (2002).

Dimensão	Categoria	Indicadores	
		Jornalismo de paz	Jornalismo de guerra
<b>Marcas de apuração</b>	Fontes de informação	Equilíbrio de fontes de informação, com diversidade de pontos de vista.	Predominância de fontes oficiais, com pouca diversidade de fontes informativas.
<b>Composição da Cobertura</b>	Enquadramento	Ênfase em soluções e diálogo.	Foco em violência, confrontos e destruição.
	Tipo de imagens	Imagens de diálogo, ou que humanizam vítimas.	Imagens explícitas de violência, confronto e destruição.
	Título e Manchetes	Títulos equilibrados, neutros voltados para o impacto social.	Títulos sensacionalistas destacando violência e destruição.
<b>Aspectos Contextuais</b>	Contextualização	Exposição aprofundada das causas do conflito e das alternativas.	Cobertura de violência episódica, sem contextualização das causas do conflito.

**Fonte:** quadro elaborado pelo autor, adaptado de Silva e Maia (2011) e Galtung (2002).

### 3.3 Técnica de Recolha de Dados

A presente pesquisa de investigação científica é de carácter bibliográfico. Segundo Marconi e Lakatos (2003), a documentação indirecta agrupa-se em duas categorias: *a pesquisa documental e pesquisa bibliográfica*.

**A pesquisa documental** considera as fontes primárias, isto é, documentos que não receberam nenhum tipo de tratamento científico. **A pesquisa bibliográfica** constitui fontes secundárias, que receberam um certo tratamento analítico-científico, incluindo estudos académicos sobre o jornalismo de paz e teoria do enquadramento noticioso.

A amostra usada para colecta dos dados desta pesquisa pertence à tipologia da amostra não probabilística. Neste modelo, segundo Laville e Dione (1999), “as amostras não probabilísticas são aquelas cuja selecção dos participantes não acontece por sorteio, mas com base em critérios intencionais, definidos pelo pesquisador em função dos objectivos da pesquisa.”

Este tipo de amostras é comum em pesquisas qualitativas, assim como o presente estudo, onde o foco está na profundidade da análise e na compreensão do fenómeno estudado e não propriamente na generalização estatística.

Assim, este estudo centra-se na análise de matérias jornalísticas sobre a tensão pós-eleitoral de 2024 publicadas pelo diário “O País”. Ao todo foram analisadas 24 edições publicadas entre novembro e dezembro de 2024.

Segundo Laville e Dionne (1999), a escolha da amostra é da responsabilidade do autor da pesquisa, a partir das necessidades do seu estudo. Portanto, quanto ao critério para a determinação do período das edições a analisar, observou-se os momentos de pico da tensão pós-eleitoral de 2024, que foram os meses de novembro e dezembro.

Para operacionalizar a análise das matérias publicadas pelo jornal em estudo, a presente pesquisa toma em consideração os escritos de Flávio Dourado Maia & Gislene Silva (2011) que propõem um conjunto de categorias para entender como as notícias são estruturadas e apresentadas em sua obra “**Protocolo metodológico de Análise de Cobertura Jornalística**”.

### 3.4 Protocolo Metodológico de Análise de Cobertura Jornalística

De acordo com Maia e Silva (2011), com o protocolo metodológico é possível investigar como qualquer meio de comunicação social estrutura a cobertura de assuntos em geral ou de acontecimentos específicos, verificando as marcas das técnicas, estratégias de apuração e composição da matéria jornalística a respeito de qualquer tema.

Os autores avançam que o protocolo metodológico está voltado à análise de textos jornalísticos impressos e informativos. Os autores explicam que o método divide-se em três níveis analíticos, nomeadamente, **i-** marcas de apuração, **ii-** marcas de composição do produto e **iii-** aspectos de caracterização contextual.

### **I. Marcas de Apuração:**

Segundo Maia e Silva (2011), o primeiro nível recai exclusivamente sobre matéria jornalística, tomada de forma isolada, explorando indícios do método de apuração e da estratégia de cobertura. Este nível analítico subdivide-se em três variáveis:

- ❖ **Assinatura da peça:** Busca aferir o autor da peça jornalística, o qual pode ser correspondente, repórter, agência de informações e ou não-assinado.
- ❖ **Acesso do jornalista ao local do acontecimento:** Busca aferir se o jornalista apurou o acontecimento no local do acontecimento ou obteve informações a partir de terceiros, em que a assinatura da peça pode ajudar a aferir isso.
- ❖ **Origem da informação:** Busca aferir as fontes de informação consultadas que podem ser de *primeira mão* (fontes do poder público, ONGs, cidadãos) e *segunda mão* (agência de notícias, outros veículos informativos, documentos, publicações científicas).

### **II. Marcas de Composição do Produto:**

Segundo Maia e Silva (2011), o segundo nível proporciona uma visão mais aberta, não se foca exclusivamente no texto, mas adiciona outros aspectos como localização na página, diagramação, foto etc.

**Género jornalístico** (nota, notícia, reportagem, entrevista & dossier); **Localização do texto no jornal** (página par/ímpar, página inteira, várias páginas, editoria, manchete) e **Recursos visuais** (gráfico, infográfico, fotografia, imagem não-fotográfica)

### **III. Aspectos de Caracterização Contextual:**

Maia e Silva (2011) ressaltam, ainda, que os primeiros dois níveis operam como uma espécie de espinha dorsal do protocolo metodológico, pois são fundamentais para a análise do processo produtivo, a partir do produto, já o terceiro nível é complementar, visto que contextualiza os dados extraídos nos níveis anteriores a ele.

Já o terceiro nível não captando detalhes, oferece plano geral da matéria, como contexto sócio-histórico-cultural em que se insere a produção jornalística. Caracterização do tema específico da cobertura e da conjuntura sócio-histórico-cultural envolvente.

De modo a operacionalizar a análise, o presente estudo é inspirado no modelo de análise de cobertura jornalística proposto por Maia e Silva (2011), designado “*protocolo metodológico de análise de cobertura jornalística*”, porém adaptado para que possa incluir os princípios do jornalismo de paz e da teoria do enquadramento noticioso, o que nos permitiu definir as categorias de análise dos dados no quadro a seguir.

## Capítulo IV

### 4. Apresentação e Análise de Dados

Neste capítulo, serão apresentados e analisados os dados colectados no jornal em estudo. No entanto, para facilitar a compreensão, será antes de mais apresentada a planilha de colecta de dados feita a partir do quadro de categorias de análise.

#### 4.1 Planilha de análise de dados.

Edição	Título da matéria	Fontes de informação	Enquadramento	Tipo de Imagens	Manchete	Contextualização
04.12.2024	“Jovem morre baleada durante protestos pós-eleitorais em Inhambane”	Oficial (1) Vítimas (2)	Foco em violência	Destruição	Destaca violência	Sem contextualização
	“Ronda diz que FDS vão usar todos os meios a sua disposição para garantir a paz”	Oficial (1)	Foco em violência.	Sem violência/destruição.	Sensacionalista	Sem contextualização
10.12.2024	“Comunidade muçulmana pede que governo dialogue mais com o povo”	Oficial (2) Particular (1)	Foco em soluções.	Sem violência/destruição	Destaca diálogo	Sem contextualização
11.12.2024	“CTA quer dialogar com Venâncio Mondlane”	Particular (1)	Foco em soluções.	Sem violência/destruição	Destaca o diálogo	Sem contextualização.
25.12.2024	“Manifestações fazem 21 mortos e PRM fala de ligação com terrorismo de Cabo Delgado”	Oficial (1)	Foco em violência.	Sem violência/destruição.	Sensacionalista	Sem contextualização.
	“Indivíduos vandalizam e saqueiam estabelecimentos em protestos no país”	Sem fontes directas.	Foco em violência.	Violência.	Destaca destruição e violência.	Sem contextualização.
26.12.2024	“1534 Criminosos fugiram da cadeia central de Maputo”	Oficial (1)	Foco em destruição.	Sem violência/destruição.	Destaca destruição.	Sem contextualização.
	“Dezoito mortos em manifestações na Beira desde segunda-feira”	Oficial (1)	Foco em violência.	Sem violência/destruição.	Destaca violência.	Sem contextualização.

01.11.2024	“PRM diz que não é contra manifestações”	Oficial (1) Particular (1)	Foco no diálogo.	Sem violência/destruição.	Destaca diálogo.	Contextualizado.
	“Manifestações pós-eleitorais: grupos vulneráveis ressentem-se mas o sacrifício é pela mudança”.	Especialistas (2)	Foco em soluções.	Sem violência/destruição.	Destaca soluções	Contextualizado.
05.11.2024	“Limitação de internet: defesa de consumidores diz que é possível a responsabilização das operadoras”	Particular (1) Vítima (3)	Foco em responsabilização.	Sem violência/destruição	Destaca responsabilização	Contextualizado
06.11.2024	“Associação médica marcha pelo fim da violência no país”	Particular (1)	Foco em soluções.	Sem violência/destruição.	Destaca soluções	Contextualizado.
07.11.2024	“Manifestantes vandalizam fronteira de Ressano Garcia em Maputo”	Particulares (3)	Foco em violência.	Destruição.	Destaca destruição	Sem contextualização.
08.11.2024	“Manifestantes e Polícia em confronto na cidade de Maputo”	Sem fontes directas	Foco em violência.	Destruição.	Destaca violência.	Contextualizado.
11.11.2024	“Fronteira de Ressano Garcia: manifestações causam perdas de quase 400 milhões”	Oficial (1)	Foco em destruição.	Sem violência/destruição.	Destaca prejuízos económicos.	Contextualizado.
14.11.2024	“Manifestantes bloqueiam fronteira de Ressano Garcia”	Sem fontes directas	Foco em violência.	Destruição.	Destaca prejuízos económicos.	Sem contextualização.
18.11.2024	“Sete pessoas morreram atropeladas na Matola durante manifestação”	Oficial (2) Vítimas (3)	Foco em violência.	Destruição.	Destaca violência.	Contextualizado.
19.11.2024	“Nyusi realça a importância das soluções para o actual cenário do país”	Oficial (1) Particular (1)	Foco em soluções.	Sem violência/destruição.	Destaca soluções.	Contextualizado.
20.11.2024	“PR Convida os quatro candidatos presidenciais para o diálogo”	Oficial (1)	Foco em diálogo.	Sem violência/destruição	Destaca soluções.	Contextualizado.

21.11.2024	“Manifestações paralisam o trânsito na Cidade de Maputo”	Sem fontes directas	Foco em violência.	Sem destruição/violência.	Destaque para destruição.	Contextualizado.
26.11.2024	“Moçambique não está em condições de aguentar mais crises”	Especialistas (1)	Foco em soluções.	Sem destruição/violência.	Destaca soluções.	Contextualizado.
28.11.2024	“Vias da cidade de Maputo bloqueadas por manifestantes”	Sem fontes directas.	Foco em violência.	Sem destruição/violência.	Destaca violência.	Contextualizado.
29.11.2024	“Polícia fere cidadão com gás lacrimogéneo e terá matado outro na cidade de Maputo”	Particular (5) Vítima (2)	Foco em violência.	Violência.	Destaca violência.	Contextualizado.
29.11.2024	“Abdul Machava diz que atropelamento de cidadã pelas FADM foi um acto premeditado”	Particular (1)	Foco em violência.	Violência.	Destaca responsabilização.	Contextualizado.
Total:25 artigos.	-----					

**Fonte:** elaborado pelo autor.

## 4.2 Tabela de Resultados Quantitativos

A tabela abaixo apresenta de forma quantitativa os resultados referentes ao estudo sobre o Jornalismo de paz em contexto de tensão: uma análise da cobertura jornalística da crise pós-eleitoral (2024) no jornal “O País”, a tabela permite observar os indicadores de jornalismo de paz sobre as marcas deixadas na cobertura do jornal “O País”.

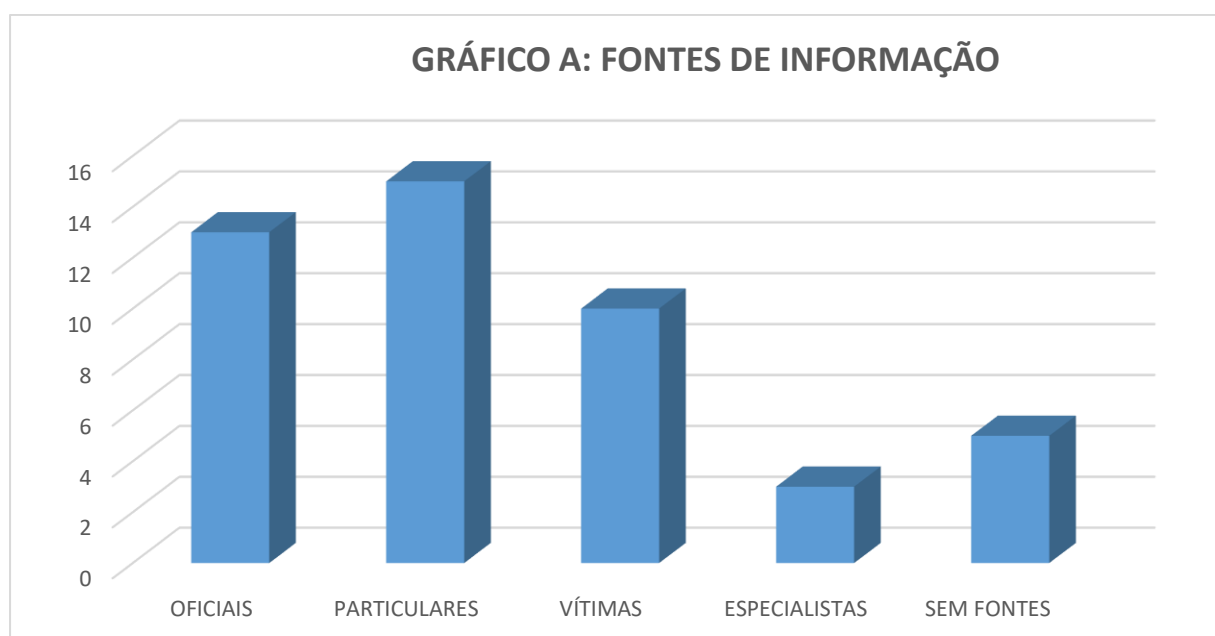
<b>Dimensão</b>	<b>Categorias</b>	<b>Variáveis</b>	<b>Número de ocorrências</b>	
<b>Marcas de apuração</b>	<b>Fontes de informação</b>	Fontes oficiais	13	
		Especialistas	3	
		Particulares	15	
		Sem fontes directas	5	
		População local ou vítimas	10	
<b>Composição da cobertura</b>	<b>Enquadramento</b>	Ênfase em soluções	6	
		Ênfase em violência	13	
		Ênfase em destruição	2	
		Ênfase em responsabilização	1	
		Ênfase no diálogo	2	
	<b>Uso de imagens</b>	Sem violência/destruição	16	
		Violência	3	
		Destruição	5	
	<b>Títulos e manchetes</b>	Diálogo	8	
		Violência	8	
		Sensacionalistas	2	
		Prejuízos económicos	2	
		Responsabilização	2	
	<b>Aspectos contextuais</b>	<b>Contextualização</b>	Cobertura contextualizada	14
			Cobertura episódica sem contextualização	10

**Fonte:** Elaborado pelo autor.

### 1ª.Categoria: Fontes de Informação

A análise das fontes de informação constitui um dos elementos centrais do nosso estudo. No âmbito desta pesquisa, esta categoria de análise foi examinada com base no número, tipo e diversidade das fontes utilizadas nas 24 matérias analisadas do jornal “O País”, publicadas entre novembro e dezembro de 2024, período em que se observou o pico da tensão pós-eleitoral.

Para operacionalizar a análise, a partir da matriz empírica foi elaborado o gráfico a seguir, com o objectivo de verificar até que ponto a cobertura da tensão pós-eleitoral apresenta os princípios do Jornalismo de Paz, como preconiza Galtung (2002) e, em que medida aproxima-se da lógica do Jornalismo de Guerra.



**Fonte:** elaborado pelo autor.

Conforme observável no gráfico da categoria fontes de informação, a distribuição percentual das fontes de informação dá destaque às fontes particulares com 32,61%, embora as fontes particulares sejam ligeiramente predominantes, há ainda considerável recorrência de fontes oficiais com 28,26% de frequência em todas as matérias analisadas durante o período de pico da tensão pós-eleitoral (2024).

As outras variáveis, como especialistas, ocupam apenas 6,25% do universo de fontes usadas, vítimas contam com 21,74% e por último, as matérias sem fontes directas ocuparam 10,87% do universo das matérias analisadas.

Os dados do gráfico mostram que há predominância das fontes de informação oficiais, presentes em 13 matérias de 24 edições. Essas fontes compreendem representantes das forças armadas e de segurança (PRM e FADM) ou outras autoridades oficiais. Em contrapartida, as fontes particulares são encontradas em 15 matérias, ao passo que vítimas e populações locais são encontradas em apenas 10 matérias. Por sua vez, os especialistas foram ouvidos somente em três ocasiões.

Essa distribuição expõe uma tendência do jornal “O País” para o uso de fontes oficiais, o que pode ser o reflexo de uma orientação editorial que dá primazia a narrativas oficiais.

A imprensa pode contribuir para a estabilização democrática através da pluralidade de vozes. Segundo Lynch (2005, p. 89). “O jornalismo deve funcionar como ponte crítica, permitindo que as vozes marginalizadas também sejam auscultadas.”

No contexto da cobertura da crise pós-eleitoral Moçambicana de 2024, em que a tensão se insere em um ciclo histórico de tensões eleitorais, a predominância de fontes oficiais pode silenciar vozes dissidentes e limitar o debate público.

Em paralelo, a presença de fontes particulares em pelo menos 15 edições é um aspecto relevante. Mesmo que em algumas matérias essas fontes estejam associadas a declarações isoladas e sem a devida contextualização, a sua inclusão pressupõe uma tentativa, ainda que deficiente, de diversificar as perspectivas.

Segundo Galtung (2002), o jornalismo de paz pressupõe justamente essa pluralidade de perspectivas, ouvir tanto as narrativas oficiais quanto ouvir também as vítimas directas da violência, cidadãos, especialistas, entre outros envolvidos.

Todavia, a presença de especialistas é baixa, o que mina a densidade interpretativa da cobertura. Especialistas foram citados em somente duas matérias e, em quase todas para comentar aspectos meramente técnicos.

Adicionalmente, por cinco vezes, o jornal em estudo recorreu a uma narrativa impessoal e genérica, divulgando matérias sem fontes directas, não atribuindo declarações a sujeitos específicos. Essa prática, para além de comprometer a credibilidade da informação, dificulta a responsabilização jornalística.

Segundo Tuchman (1978), esse tipo de apuração jornalística compromete o papel do jornalismo como espaço de mediação social e democrática.

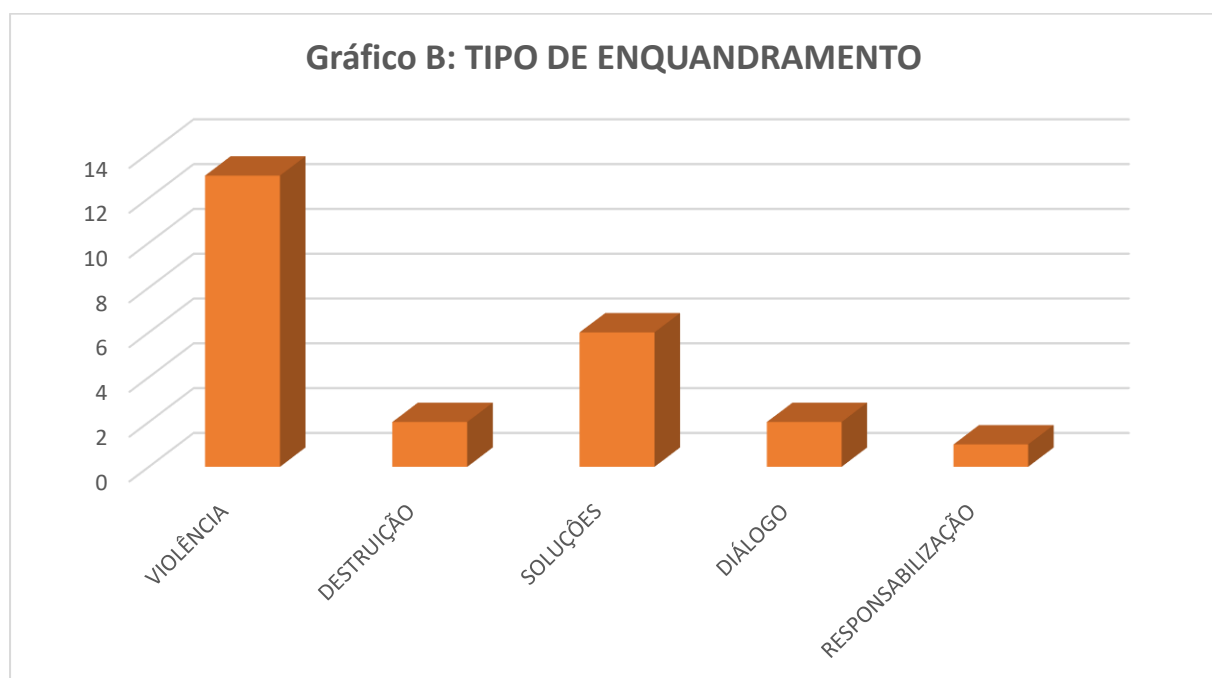
Em linhas gerais, ainda que se assista uma certa de pluralidade informativa no que refere às tipologias de fontes usadas pelo jornal em estudo, o equilíbrio de fontes continua deficiente, pois dificilmente uma mesma matéria apresentou contrapontos explícitos entre pontos de vistas divergentes.

Em diversas reportagens em que a violência foi reportada, há escassez de falas das vítimas afectadas ou de especialistas ou organizações de direitos humanos, essa ausência favorece a reprodução e perpetuação de narrativas oficiais sem o devido questionamento crítico.

## 2ª Categoria: Enquadramento.

Segundo Entman (1993), o enquadramento pode ser entendido como a forma como os acontecimentos são organizados e narrados pelo discurso jornalístico, desempenhado um papel importante na definição do tom e da interpretação dos factos.

A análise desta categoria nas matérias publicadas pelo jornal “O País” durante a tensão pós-eleitoral vai permitir identificar o eixo central da cobertura, se ela estimulou a escalada do conflito, ou, do contrário, buscou uma cobertura mais contextualizada e focada no diálogo conforme propõe o jornalismo de paz.



**Fonte:** elaborado pelo autor.

No gráfico acima, observa-se que 13 matérias enfatizam a violência, seis destacam soluções, dois focam em destruição, dois focam no diálogo e apenas um dá ênfase a questões de responsabilização. Estes dados mostram a recorrência de uma política editorial com ênfase no

confronto e com foco em episódios de violência episódica e consequências imediatas do conflito.

Em diversas edições, a ênfase em violência é episódica e sem a devida contextualização, por exemplo: na edição de 26.12.2024, a matéria com o título **“Dezoito Mortos em manifestações na Beira desde Segunda-Feira”** e a matéria intitulada **“Manifestantes e polícia em confronto na cidade de Maputo”** da edição do dia 08.11.2024. as duas matérias tratam a violência de forma isolada e episódica, uma da qual nem fontes directas apresenta.

Segundo Galtung (2002), essa abordagem caracterizada por narrativas que reforçam dicotomias e enfatizam o espetáculo da violência considera-se jornalismo de guerra.

Mas por outro lado, o jornal produziu seis matérias com um enquadramento alinhado aos princípios de jornalismo de paz. Como a seguinte matéria **“Nyusi realça a importância das soluções para o actual cenário do país”** divulgada a 19.11.2024 em que se pontam as possibilidades de reconstrução e pacificação. Apesar de apresentarem-se em número reduzido essas reportagens alinham-se aos princípios da teoria de jornalismo de paz.

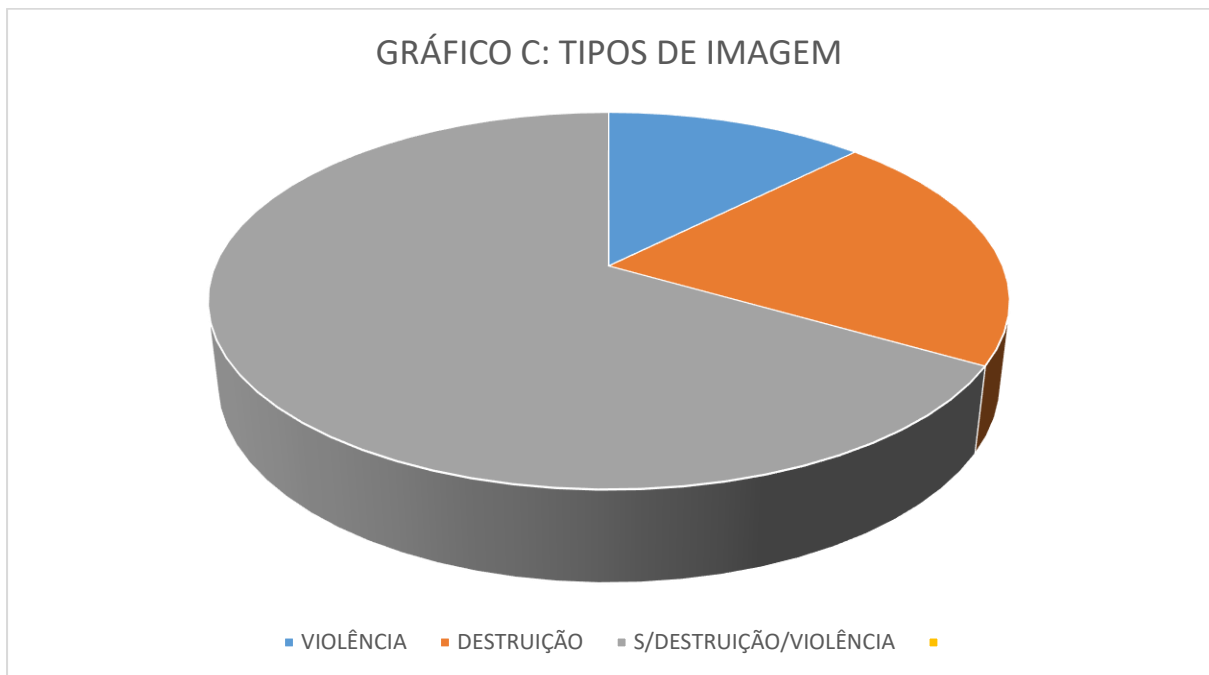
Apenas uma reportagem apresenta um enquadramento centrado na responsabilização, o que revela uma deficiência na capacidade do jornal na busca por explicações estruturais da escalada da violência.

Aliado a isso, Lynch (2005) defende que o jornalismo de paz deve ser capaz de investigar ao fundo, sendo capaz de atribuir responsabilidades e expor as causas mais profundas do conflito, não apenas relatar suas consequências visíveis.

Em linhas gerais, das matérias analisadas predomina a lógica belicista e episódica, característica do jornalismo de guerra, com poucas reportagens que apresentem uma narrativa que promovam o diálogo e soluções. Mesmo com algumas matérias que se aproximam da teoria do jornalismo de paz, no geral, o enquadramento da tensão pós-eleitoral de 2024 está muito mais alinhada ao modelo de cobertura jornalística de guerra.

### 3ª Categoria: Tipos de Imagem

Jornalisticamente, as imagens não apenas ilustram os textos, mas carregam significados ideológicos que podem moldar as percepções públicas de um jeito em não de outro em função da imagem escolhida para cada texto. No universo de mais de 20 edições analisadas, o uso de imagem foi categorizado em 3 diferentes grupos: imagens sem violência (16), imagens de destruição (5) e imagens de violência explícita (3). Conforme ilustra o gráfico a baixo:



**Fonte:** elaborado pelo autor.

No total de mais de 25 edições analisadas, foram agrupadas três subcategorias de imagens usadas com a seguinte distribuição percentual: imagens neutras (67%), imagens de destruição (21%) e imagens de violência (13%), conforme ilustrado no gráfico acima, há predominância de imagens neutras (sem ilustrações explícitas destruição nem violência), essa tendência pode ser compreendida como uma aproximação ao modelo proposto pela teoria do jornalismo de paz, considerando que evita reforçar a espetacularização da violência e destruição, algo que seria característico do modelo de cobertura jornalística de guerra.

No entanto, as imagens de violência e destruição, apesar de ocuparem um espaço reduzido do bolo, aparecem como uma ferramenta de reforço em matérias já carregadas de cunho ideológico e simbólico pró-conflito.

Segundo Zelizer (2004), a imagem jornalística tem a capacidade de cristalizar as interpretações, capacidade esta que, no caso da tensão pós-eleitoral de 2024, o uso de imagens que ilustram a

violência e destruição podem reforçar a ideia de caos e instabilidade, desviando as atenções das causas estruturais do conflito para episódios isolados de violência.

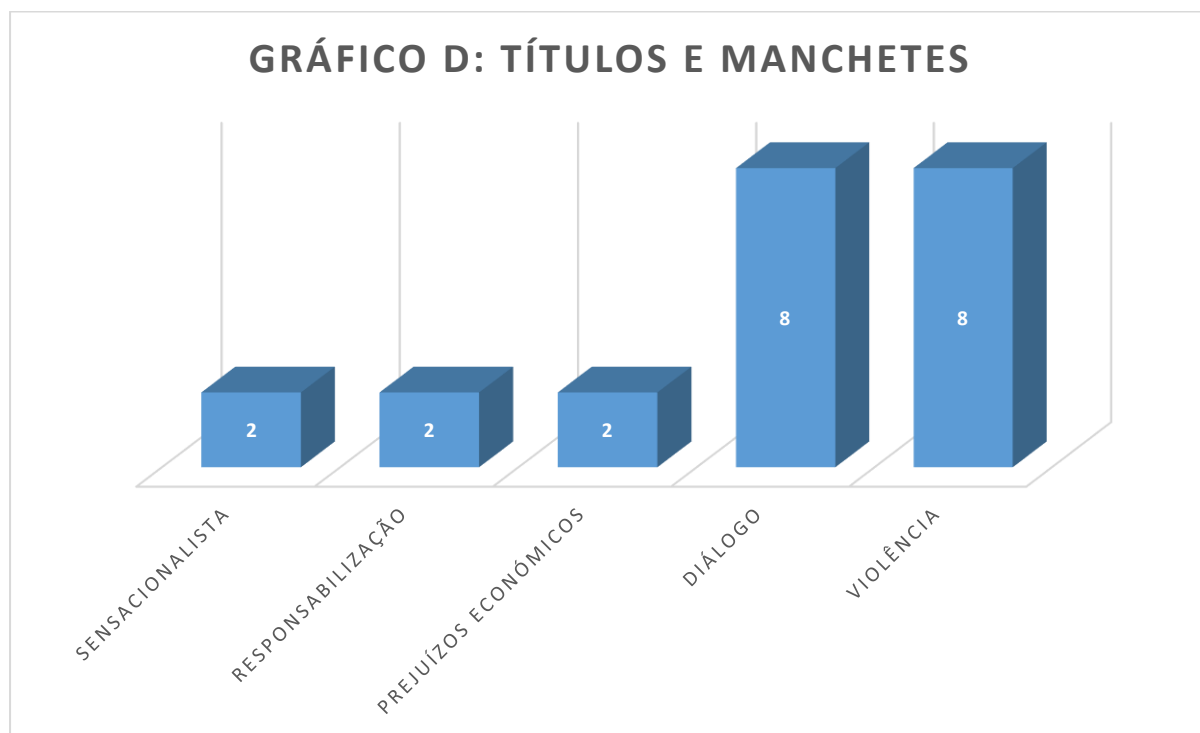
Por exemplo, as matérias com os títulos “**Manifestantes vandalizam fronteira no Ressano Garcia**” e “**Polícia fere cidadão com gás lacrimogêneo e terá matado outro**” publicadas a 07.11.2024 e 08.11.2024, respectivamente. Nestes dois casos, a escolha do jornal em colocar imagens que evidenciam o confronto directo entre manifestantes e forças armadas reforçam a ideia de que há uma tendência na linha editorial de fazer uma cobertura mais alinhada aos princípios do jornalismo de guerra.

Contudo, Galtung (2002) recomenda o uso de imagens que humanizem as vítimas da violência, e que promovam empatia no lugar de simplesmente reduzir os envolvidos a estereótipos. Dentro desta lógica, o esperado seria encontrar imagens que evidenciam gestos de solidariedade, protestos pacíficos ou mais suaves, elementos estes que raramente o jornal usou na cobertura da tensão pós-eleitoral.

Em síntese, a análise das imagens usadas revelou no entanto que, embora o jornal tenha evitado o uso excessivo de imagens de violência ou destruição, ainda assim, a cobertura feita carecia de representações visuais que servissem para construir pontes simbólicas que estimulassem a resolução do conflito.

#### 4ª Categoria: Títulos e Manchetes.

Os títulos e manchetes de um jornal são elementos de prestígio, servindo desde para captar a atenção do público tanto para pré-moldar a sua percepção. No presente estudo, os títulos foram identificados e agrupados em cinco categorias: diálogo, violência, sensacionalismo, responsabilização e prejuízo económico. O gráfico abaixo ilustra essa distribuição:



**Fonte:** elaborado pelo autor.

Nesta categoria foi constatada uma equivalência ambígua entre os títulos centrados no diálogo e os títulos centrados na violência com oito ocorrências de cada um. Por um lado, títulos como **“CTA quer dialogar com Venâncio Mondlane”** e **“PR convida os quatro candidatos presidências para diálogo”** das edições de 11.12.2024 e 20.11.2024, respectivamente, apontam uma tendência editorial sensível a soluções políticas pacíficas.

No entanto, por outro lado, manchetes como **“Manifestações fazem 21 mortos e PRM fala de ligação com terrorismo de Cabo Delgado”** da edição de 25.12.2024 e **“Sete pessoas morreram atropeladas durante manifestações na Matola”** da edição de 18.11.2024, indicam uma aproximação aos princípios de cobertura de jornalismo de guerra, onde a destruição e violência são prato principal da cobertura.

Entman (1993) explica que, em um texto noticioso, o jornalista ao seleccionar determinados aspectos da realidade percebida e torná-los mais salientes em relação a outros aspectos,

promove, conseqüentemente, uma interpretação específica que se considera enquadramento. As manchetes citadas anteriormente, neste sentido, funcionam como uma espécie de framing inicial, proporcionando ao leitor uma ideia inicial, seja ela de conflito ou de diálogo, moldando a interpretação do leitor.

Os títulos sensacionalistas, embora só tenham sido verificados em apenas duas matérias, merecem destaque para a nossa análise pela forma como estruturam uma narrativa de urgência e pânico.

Por exemplo, títulos como o da edição do dia 04.12.2024 que diz **“Ronda diz que FDS vão usar todos os meios a sua disposição para garantir a paz”** funcionam como um apelo emocional ao medo e intimidação.

Entretanto, Lynch (2005) advoga que o jornalismo orientado para paz deve explorar causas profundas e múltiplas perspectivas, até mesmo por meio de títulos que engajem o diálogo e soluções, não apenas violência.

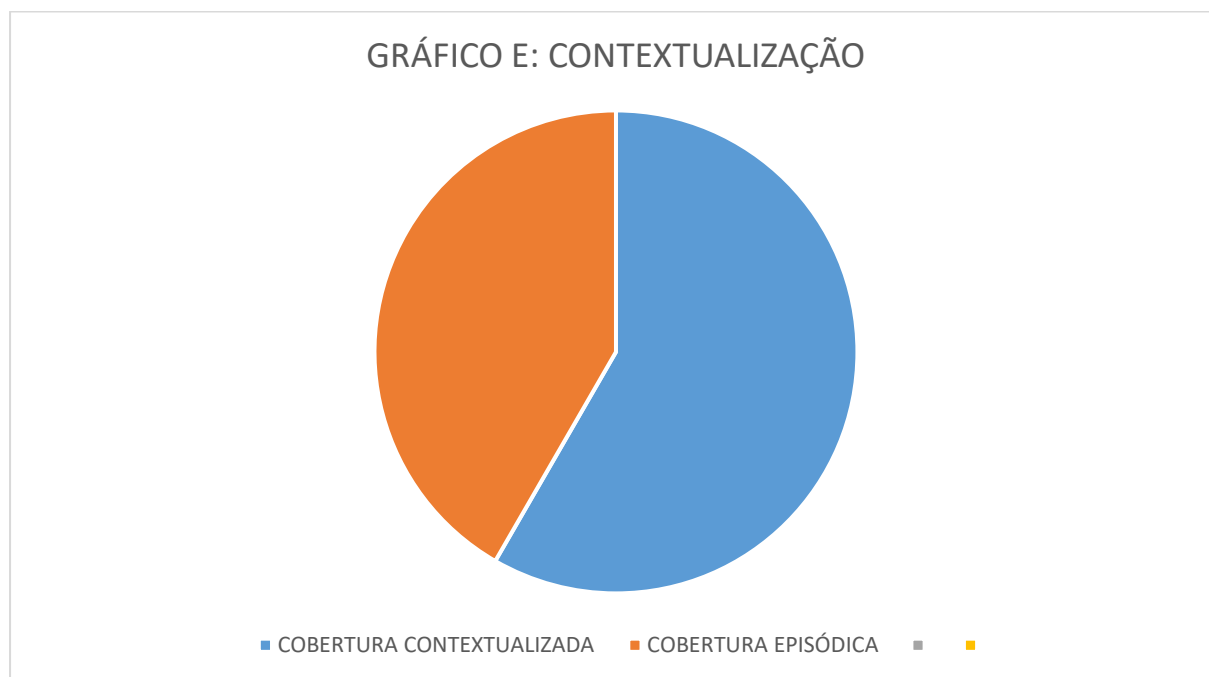
Títulos voltados aos prejuízos económicos e responsabilização aparecem de forma tímida nas edições do jornal em análise, mas evidenciam uma tentativa de diversificar as perspectivas da cobertura da tensão pós-eleitoral.

A teoria de jornalismo de paz sugere que haja essa multiplicidade de enfoques, potencialmente capazes de expandir a leitura dos conflitos para além da cobertura episódica e sem contextualização aprofundada.

De um modo geral, as manchetes e os títulos do jornal “O país” variaram entre títulos informativos e com certa propensão à polarização. Mesmo com um esforço do jornal em ter manchetes mais equilibradas e orientadas para a teoria de jornalismo de paz, a prevalência em igual número de matérias com títulos com enfoque na violência e destruição mina a construção de uma cultura de paz mediada pela comunicação social.

### 5ª Categoria: Contextualização.

A última categoria de análise, referente ao grau de contextualização das matérias, permite avaliar se o jornal ofereceu ao leitor informações suficientes sobre as causas do conflito, os antecedentes históricos ou se fez apenas uma cobertura episódica e isolada da tensão pós-eleitoral.



**Fonte:** elaborado pelo autor.

Nos dados analisados, 58% das matérias foram consideradas coberturas contextualizadas e os restantes 42% cobertura episódica, centrada em factos isolados.

O número de reportagens contextualizadas é acentuado e considerado positivo, pois indica uma inclinação editorial do jornal a oferecer elementos interpretativos suficientes em suas matérias como a matéria **“Manifestações pós-eleitorais: grupos vulneráveis ressentem-se, mas o sacrifício é pela mudança”** da edição do dia 01.11.2024 exemplifica essa tendência, pois o articulista trouxe uma abordagem que articula os factos recentes com processos sociais e políticos mais amplos.

Todavia, a ocorrência de 10 matérias sem qualquer elemento que revele alguma contextualização indica uma lógica de cobertura episódica, baseada na simples exploração de eventos de forma isolada.

Segundo Galtung (2002), essa abordagem colide com os princípios do jornalismo de paz que defende a explicação aprofundada das causas dos conflitos como forma de prevenir futuras tensões.

Segundo Galtung (2002), a contextualização também se relaciona com a presença de fontes especialistas ou analistas, a fraca incidência deste tipo de fontes contribui para a superficialidade da cobertura jornalística que se limita a relatar os efeitos do conflito sem apresentar interpretações estruturais.

De modo geral, a cobertura jornalística do diário “O País” revela uma tendência parcial de produção contextualizada de matérias jornalísticas, embora coexistam com episódios de práticas jornalísticas episódicas e meramente descritivas.

## Capítulo V

### 5. Considerações Finais

Depois de analisar e interpretar os dados, abre-se o capítulo em que o presente estudo chega à conclusão. O estudo que teve como objectivo geral a análise da cobertura jornalística da tensão pós-eleitoral de 2024, no jornal “O País” à luz dos princípios do jornalismo de paz propostos por Johan Galtung.

A partir da análise do conteúdo de 24 edições publicadas pelo jornal nos meses de novembro e dezembro de 2024, período de pico dos protestos e instabilidade política pós-eleitoral no país, buscou-se compreender até que ponto a orientação editorial do jornal em análise manteve-se próxima ou distante de uma cobertura voltada ao modelo de jornalismo de paz.

Dos dados analisados, foi constatado que, embora haja indicadores de um compromisso com os princípios do jornalismo de paz, como a contextualização estrutural dos conflitos e a valorização do diálogo, a cobertura, no geral, foi predominantemente marcada por elementos que configuram o jornalismo de guerra.

Essa constatação observa-se, sobretudo, na ênfase em violência como enquadramento dominante, uso frequente de fontes oficiais, fraca presença de especialistas e vítimas da violência directa, assim como títulos e manchetes que reforçaram a ideia de instabilidade.

No que se refere às fontes de informação, foi observada uma predominância de vozes oficiais, como representantes do governo ou forças armadas, em detrimento de fontes alternativas como especialistas, vítimas directas da violência ou organizações da sociedade civil.

Esse desequilíbrio de vozes comprometeu alguns aspectos centrais do jornalismo de paz como a pluralidade da narrativa jornalística e a possibilidade de construção de um debate público mais democrático e centrado em soluções.

Quanto ao enquadramento, o jornal deu primazia a abordagens centradas na violência e destruição, com poucas reportagens voltadas à responsabilização ou em soluções. Esse enquadramento centrado na violência, característico do jornalismo de guerra, tende a reforçar a polarização das percepções do conflito, limitando o potencial transformador do jornalismo de paz.

Relativamente às imagens usadas pelo jornal referido, foi constatada uma tendência em usar ilustrações neutras que, até certo ponto, indica uma aproximação com o jornalismo de paz. Mas

a presença de imagens de violência e destruição, ainda que em menor número, reforçou a ideia de caos e instabilidade. A ausência de imagens ou representações visuais que humanizassem as vítimas da violência ou que promovessem gestos de solidariedade dificultou a construção simbólica da paz, aspecto defendido por Galtung na teoria do jornalismo de paz.

Diante destes resultados, conclui-se que o jornal “O País”, durante a cobertura da tensão pós-eleitoral de 2024, adoptou uma abordagem de jornalismo de guerra, embora com momentos em que algumas reportagens aproximavam-se do jornalismo de paz, predominou no geral abordagens centradas na violência e destruição.

Essa constatação confirma a primeira hipótese segundo a qual “A cobertura da tensão pós-eleitoral pelo jornal “O País” priorizou a reprodução de discursos oficiais, ignorando a pluralidade de fontes e perspectivas”. E refuta a segunda hipótese, segundo a qual “A cobertura da tensão pós-eleitoral do jornal “O País” alinou-se com os princípios do jornalismo de paz, promovendo um discurso equilibrado, com ênfase na pluralidade de fontes.”.

Este cenário denuncia um défice estrutural nos meios de comunicação social moçambicanos em contextos de instabilidade ou tensão política, onde o espaço que seria destinado ao debate crítico e a escuta de vozes dissidentes é predominantemente ocupado por narrativas oficiais.

Este contexto abre espaço para a reflexão sobre a necessidade de repensar ou transformar a prática jornalística moçambicana com vista a promover uma cultura de paz.

Espera-se que este estudo contribua para o debate nacional sobre os desafios da cobertura jornalística em momentos de crise ou tensões políticas e pós-eleitorais, e que sirva de subsídio para jornalistas, futuras investigações e estudantes comprometidos com uma prática jornalística sensível à transformação não-violenta de conflitos sociais e políticos.

## 6. Referências Bibliográficas

- ALLAN, S., & ZELIZER, B. (2004). *Reporting War: Journalism in Wartime*. Routledge.
- CASTRO, de Cantífula. *A Interseção entre Guerra e Paz na Mídia Moçambicana: Cobertura de Conflitos e Estratégias de Promoção da Paz*. Revista Científica da Universidade Técnica de Moçambique, vol. 6, 2024, pp. 55-68.
- CHEA, Gabriel Consolo. *Dimensões Sócio-políticas e Jurídicas do Sistema Eleitoral Moçambicano: Uma reflexão sobre os conflitos eleitorais*. Vol. 19, 2024.
- CHRISTIANSEN, Christian S. *Media and Democracy in Mozambique: Challenges in Post-Conflict Societies*. Copenhagen: Nordic Africa Institute, 2020.
- CURRAM, James. *Media and Power*. London: 2002.
- FARIA, Débora. *A percepção do conceito “crise” para Fernand Braudel e Reinhart Koselleck: um exercício a partir do conceito de matriz disciplinar de Jorn Rusen*. 2017, 16.p.
- FILHO, Laurindo. *A batalha da mídia: governos e jornalistas na guerra da informação*: São Paulo, Fundação Perseu, 2005.
- GALTUNG, Johan. *Peace Journalism: What, Why, Who, How, When, Where*. 2002.
- GUARESCHI, Pedrinho. *Media e Guerra: a construção social da realidade*. Petrópolis, 2000.
- GOLDRICK, M. *Mediação de Conflitos e Jornalismo: Teoria e Prática*. São Paulo: Editora Contexto, 2005.
- HALLIN, Daniel e PAULO, Mancini. *Comparing Media Systems: Three Models of Media*, Cambridge, 2004.
- International IDEA. *Mediação de Crises Eleitorais: Respondendo ao raro mas recorrente desafio*, 2015.
- KEMPFL, W. *Peace Journalism: a Tightrope Walk between Advocacy Journalism and Conflict Sensivity*. Berlim, 2007.
- LAVILLE, Christian, DIONNE, Jean. A. *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Porto Alegre: Artmed, 1999.
- LIMA, A. *Pesquisa quantitativa e qualitativa*. 2015.

- LYNCH, Jake & MCGOLDRICK. *Peace Journalism*. Howtorn Press. 2005.
- MENEGHETTI, António. *Jornalismo, Realidade e Sociedade*. 2011.
- REIS, Carla. *Mídia Impressa: visibilidade e medição*: São Paulo, 2010.
- SILVIA, G. & MAIA, F. *Análise de cobertura jornalística: um protocolo metodológico*.2011.
- SOUSA, J. P. (2008). *A teoria do agendamento e as responsabilidades do jornalista ambiental: uma perspectiva ibérica*. In J. M. de Melo (Ed.), *Mídia, ecologia e sociedade*. São Paulo: INTERCOM.
- SODRÉ, Muniz e FERRARI, Maria. *Comunicação do Grotesco*, Vozes. 1986.
- SOUSA, JP. (2001), *Elementos de Jornalismo Impresso*, Covilhã: BOCC-UBI.
- TRAQUINA, Nelson. *Teorias do jornalismo: Porquê as notícias são como são*. 2005.
- WALTER, Lippman. *Public Opinion*. 1992.
- WOLFSFELD, G. *Media and the Path to Peace*, Cambrige University Press. 2004.
- WOLF, Mauro. *Teorias da Comunicação*. Lisboa: Presença. 2003.
- ZELIZER, Barbie. *Taking Journalism Seriously: News and Academy*, 2004.

### **Instrumentos Legais:**

**Constituição da República de Moçambique** (CRM), 2018.

**Lei da Imprensa Moçambicana** (Lei 18/91, de 10 Agosto.).



mz O País\_0112024.pdf x mz O País\_05112024.pdf x mz O País\_06112024.pdf x +

File | C:/Users/Mbebe/Desktop/jornalismo%20de%20paz/jornais/novembro/mz%20O%20País\_06112024.pdf

Draw | Ask Copilot | 2 of 12 |

# Associação Médica de Moçambique marcha pelo fim da violência no país

Texto: Eugénia Arnaldo  
Texto: O País

Médicos e outros profissionais de saúde marcharam, ontem, pelo fim da violência no país e pelo respeito pelos Direitos Humanos. O presidente honorário da Associação Médica apelou para que as manifestações decorram de forma pacífica e que se dê um "basta" à violência no país.

O ponto de partida foi a Associação Médica de Moçambique e os profissionais de saúde marcharam até ao Banco de Socorros do Hospital Central de Maputo, com o objectivo de apelar ao respeito



Marcha dos médicos na capital do país

pela vida e pelos Direitos Humanos. Milton Tatia avançou que uma ambulância foi vandalizada, esta segunda-feira, quando levava um profissional de saúde, o que considerava muito grave.

Tatia apelou, ainda, que as ambulâncias não fossem atacadas, pois não são suficientes e são usadas para transportar os doentes. Neste momento de crise, as ambulâncias também são usadas para transportar médicos e profissionais de saúde que devem estar nas unidades sanitárias para prestar assistência aos pacientes.

"Com estas manifestações, nós temos um efectivo de saúde reduzido, pois nem todos conseguem vir trabalhar. Estamos a trabalhar com escalas de contingência. Então, é por isso que nós queremos apelar mais uma vez: chega de violência, vamos resolver pacificamente, porque a violência só vai gerar mais violência", disse Tatia.

Milton Tatia afirmou ainda que a manifestação dos médicos não tem nenhuma inclinação política, mas está relacionada com a violência que o país vive. "Nós fomos formados e jurámos salvar vidas. Dói-nos muito quando vemos crianças, jovens, idosos a morrerem por conta destas manifestações, além de que as vítimas que não morrem sobrecarregam os serviços de emergência e de trauma".

[https://t.me/+i\\_-Mgda\\_K6MzYjVk](https://t.me/+i_-Mgda_K6MzYjVk)  
ou  
<https://t.me/+0-l6S1MSzTNhMjM0>

mz O País\_0112024.pdf x mz O País\_05112024.pdf x mz O País\_06112024.pdf x mz O País\_07112024.pdf x mz O País\_08112024.pdf x +

File | C:/Users/Mbebe/Desktop/jornalismo%20de%20paz/jornais/novembro/mz%20O%20País\_08112024.pdf

Draw | Ask Copilot | 2 of 8 |

## MANIFESTANTES E POLÍCIA EM CONFRONTO NA CIDADE DE MAPUTO

Por primeira vez, desde que foi anunciada a terceira fase, as manifestações chegaram ao centro da Cidade de Maputo, tendo, os manifestantes, percorrido a Avenida Eduardo Mondlane, a partir da estação recentemente inaugurada, até às proximidades da Electricidade de Moçambique



Entre manifestantes há crianças e os jovens que assistem à televisão da TVZ disseram que a polícia colou uma carga de gás lacrimogénico. Na sua intervenção, os manifestantes pediram que se desistisse de usar a força. "Não estamos a lutar nada de ninguém. Não vamos realizar nada de ninguém. Como cidadãos, sabemos que votamos e pagamos. Apenas queremos mudar, não queremos fazer mal a ninguém", disse um dos manifestantes.

"Não podemos continuar a votar no Governo. Cada vez que votamos não vemos nada de novo. Não, os que estamos aqui, somos os filhos desta manifestação. Estes da UR (União de Intelectuais Rápidos), para onde? Já estão com modo de lábia aqui", disse Cháto, um estudante do Bairro Lado Cabaço, frente entre Cidade de Maputo e Cidade de Matola.

A população cobriu barricadas na Estrada Nacional Número 4 e levou pedras aos dispostos da polícia com pedras, que também atingiram alguns viaturas que tentaram chegar à capital do país em a oeste perto de Matola, a partir do Portugal de Maputo.

MANIFESTAÇÕES CHEGAM AO CENTRO DE MAPUTO

Desde que foi anunciada uma terceira fase de manifestações, pelo candidato presidencial Venâncio Mondlane, os envolvidos em manifestações ao Hospital Central de Maputo. Ali a polícia e os militares, com gases lacrimogénicos, voltaram a intervir. Hoje, houve, inclusive, uma espécie de negociação entre as partes. No entanto, os manifestantes insistiram em continuar a protestar, mas as autoridades não permitiram.

Para dispersar a população, uma vez mais, as autoridades dispararam gás lacrimogénico. Assim, vir-se os manifestantes, com garrafas plásticas para apagar e jogar e tentar a fugir por rotundas alternativas a Eduardo Mondlane.

No Avenida Acordos de Lusaka, que serve a fronteira entre a zona rural e o subúrbio de Matola, também se registaram confrontos.

Por fim, a conter prontamente uma possível desobediência, a PSM posicionou-se em vigília às proximidades do Banco de Socorros do Hospital Central de Maputo para garantir a ordem e segurança pública.

AMBIENTE CALMO EM MAPUTO

A cidade de Matola esteve com





File | C:/Users/Mbebe/Desktop/jornalismo%20de%20paz/jornais/novembro/mz%20O%20Pais\_26112024.pdf

5 of 11

https://t.me/+0-16S1MSz7NHMJMJO

Terça - feira, 26 de Novembro de 2024 | O País 1 5

POLÍTICA

## “Moçambique não está em condições de aguentar mais crises”

O professor Samuel Simango defende que o Presidente da República deve fazer tudo o que estiver ao seu alcance para harmonizar as propostas de todos os candidatos presidenciais no encontro por si marcado para debater sobre as tensões pós-eleitorais. Simango acrescenta que o país não está em condições de aguentar mais crises políticas, sociais e económicas.



**Samuel Simango, que também é comentador do “Noite Informativa”, diz que não se deve desviar do real problema que está a causar uma verdadeira crise eleitoral**

entre Nyusi e os candidatos presidenciais e, só depois, alargá-lo a base de diálogo para mais intervenções.

O levantamento trazido por Simango é de que, primeiro, o Presidente da República e os quatro candidatos presidenciais devem fazer uma reunião harmonizadora de todos os pontos por eles sugeridos e só mais tarde tomar o debate aberto a outras figuras e instituições.

**A**s tensões pós-eleitorais e o confronto entre o Presidente da República, Filipe Nyusi, e os quatro candidatos presidenciais continua a ser a única dominante do debate em Moçambique.

Este domingo, Samuel Simango reforçou a ideia da necessidade de haver diálogo e alertou que é preciso que se tenha sempre em conta o interesse supremo da nação.

Samuel Simango, que também é comentador do “Noite Informativa”, diz que não se deve desviar do real problema que está a causar uma verdadeira crise eleitoral.

Por isso, Simango avança que “é necessário que eles, os candidatos e o Presidente da República, discutam os assuntos tendo em conta que o país está fragilizado, esta não é a hora de se desviar para mais crises, não as políticas, mas também sociais e económicas”.

No entender de Simango é importante que o Presidente da República, na qualidade de quem convoca os candidatos, faça tudo o que estiver ao seu alcance para harmonizar as posições de todos, porque “só sabemos que quando há diálogo partimos de pontos divergentes e temos que levá-los a convergência para que haja diálogo”.

Neste momento, a bola, como se diz na gíria popular, está com os quatro candidatos presidenciais”, disse Simango, defendendo a ideia de que, numa primeira fase, seja feita que se encontra base

MZ O País\_01112024.pdf | MZ O País\_05112024.pdf | MZ O País\_06112024.pdf | MZ O País\_07112024.pdf

3 of 11

File | C:/Users/Mbebe/Desktop/jornalismo%20de%20paz/jornais/novembro/mz%20O%20Pais\_07112024.pdf

## Manifestantes vandalizam Fronteira de Ressano Garcia em Maputo

A Vila Fronteira de Ressano Garcia, na Província de Maputo, está sob tensão desde terça-feira. É que a manifestação popular, que era suposto que fosse pacífica, resvalou para violência e vandalismo.



dos pontos de atendimento e muitos documentos reduzidos a cinzas.

Foi tudo isto que fez com que o encerramento da maior fronteira terrestre de Moçambique.

Já do lado do quilómetro quatro, os manifestantes estavam a assaltar camiões para saquear o que tinham.

Mas não são os camiões que estão no quilómetro quatro que foram saqueados. Na noite de terça-feira, por exemplo, os manifestantes obstruíram a passagem e forçaram um camião a interromper a marcha.

Depois disso, queimaram a viatura e retiraram todo o peixe que nela estava a ser transportado.

A Polícia esteve no local e chegou a disparar gás lacrimogénico para travar a acção dos manifestantes no quilómetro quatro.

Os manifestantes até chegavam a ceder, mas sempre que a Polícia se afastasse do local, o saque continuava.

Porque já não havia nenhuma segurança ao posto de quilómetro quatro, todo mundo lá ia para tirar o que quisesse.

Sobre todos os fatos descritos nesta reportagem, o Serviço Nacional de Migração na província de Maputo prometeu pronunciar-se, oportunamente.

Nesta quarta-feira, os serviços provinciais de migração e os aldeamentos estiveram reunidos em Ressano Garcia para analisar os impactos da manifestação e criar condições para a reabertura da fronteira.

A casa do chefe do posto de Ressano Garcia também foi queimada. Com tudo isto, os agentes que, naquele momento, estavam na residência colocaram-se em fuga.

Ao todo, contaram-se nove viaturas dos serviços provinciais de Migração que foram queimadas.

Além de queimar carros, os manifestantes ataram fogo em algumas instalações da fronteira de Ressano Garcia e arremessaram pedras.

No local por onde os camiões provenientes da África do Sul entram para Moçambique, foram destruídos

### Cidadãos apontam caminhos para saída para a crise

“O País é como se fosse um lar alargado que acolhe a todos nós e a construção do lar nem sempre é feita de consensos. Durante o contexto actual que o país atravessa, que passos devem ser dados para que não se destrua este lar de todos nós?” A resposta é dada por cidadãos anónimos e conhecidos, religiosos e civis.

O sheikh Muhammad Aburrahman é uma das figuras respeitadas no distrito de Mogrovelas, na província de Nampula. Durante a crise que o país atravessa, diz que é falando que os homens se entendem, por isso, sugere que as pessoas dialoguem.

Ángelo Gerónimo é antigo funcionário e foi a sua carreira no Território de Chimus, na Província de Manica. A sua ikhule lhe permite olhar o país e buscar experiências do passado para ajudar no presente.

E para que haja um diálogo que aproxime as partes, a religião desempenha um papel importante porque pressa a paz, tolerância e acatamento do outro, disse o pastor Pa Vences, na província da Zambézia.

O padre e reitor da Universidade Católica de Moçambique, Filipe Simão, entende que a violência que se vive também deriva da ausência da moral e da ética, por isso sugere um trabalho mais profundo mesmo depois da crise.

“Grossistas” de Xai-Xai somam

MZ O País\_01112024 X MZ O País\_05112024 X MZ O País\_06112024 X MZ O País\_07112024 X MZ O País\_08112024 X MZ O País\_11112024 X

File C:/Users/Mbebe/Desktop/jornalismo%20de%20paz/jornais/novembro/mz%20O%20País\_11112024.pdf

Ask Copilot 2 of 13

## Fronteira de Ressano Garcia: manifestações causam perdas de quase MZN 400 milhões

O país perdeu quase 400 milhões de Meticals, devido ao funcionamento a meio gás da fronteira de Ressano Garcia e posterior encerramento, segundo informações avançadas pelo porta-voz da Autoridade Tributária, Fernando Tinga.



**Provincia de Gaza tem "stock" para apenas uma semana**

A cidade de Xai-Xai procura recuperar-se das perdas acumuladas durante uma semana de paralisação de actividades, devido às manifestações convocadas por Yoniso Mandimbo para contestar os resultados eleitorais divulgados pela Comissão Nacional de Eleições (CNE).

Alguns cidadãos dizem de propósito e evitar da indústria e comércio aberta para o risco de ruptura de produção de produtos necessários por conta da falta de combustível.

No sábado, a vida voltou completamente ao normal na cidade de Xai-Xai, província de Gaza, depois das manifestações da última quinta-feira.

A paralisação por uma semana agudizou as perdas que os comerciantes já registavam.

O sector hoteleiro também não foi poupado pela paralisação, havendo casos de pessoas que foram despididas de trabalhos. Uma cidade entristecida pelo "0 País", por exemplo, quer-se de não ter recebido o selo "Ondimba".

Por sua vez, um cidadão afectado pelo "0 País" fala de momentos em que se não dá fé para vencer a situação, e se não há combustível para a cidade.

A directora da Indústria e Comércio da cidade, Estela Matos, já abriu para a ruptura de produção de produtos necessários no comércio, e diz que se sente "0 País" para uma semana.

Outro sector que se queixa de estar afectado é o de transportes. Com a falta de combustível, desde a interrupção da via pública, até mesmo transportes que se fazem na vila Xai-Xai, Matos diz que não há mais nada há três semanas.

Inteira, Fernando Tinga explicou que o encerramento da fronteira teve impactos negativos no economia do país, com um "stock" de mercadorias acumuladas. Estimou-se que foram perdidas cerca de 400 milhões de Meticals.

Tinga disse ainda que foram criadas condições de segurança nos dois lados da fronteira, para o trânsito.

"Quando se fala de segurança, fala-se da segurança em relação à circulação dos indivíduos, das mercadorias e das mercadorias, de forma geral. Portanto, ao longo daquele corredor, foram criadas condições para que todos aqueles que necessitam, possam fazer o seu comércio, possam fazer o seu trabalho e possam fazer o seu trabalho", explicou.

O facto de a situação para a fronteira de Ressano Garcia voltar a funcionar em pleno, sendo totalmente restabelecido o sistema e a segurança.

MZ O País X MZ O País X MZ O País X MZ O País X MZ O País X MZ O País X MZ O País X MZ O País X MZ O País X MZ O País X

File C:/Users/Mbebe/Desktop/jornalismo%20de%20paz/jornais/novembro/mz%20O%20País\_19112024.pdf

Ask Copilot 2 of 10

## NYUSI realça importância das soluções para o actual cenário no país

O Presidente da República, Filipe Nyusi, reuniu-se, esta segunda-feira, na Cidade de Maputo, com um grupo de moçambicanos que, nos anos a seguir à proclamação da independência nacional, integrou a Geração 8 de Março. O propósito foi procurar soluções para o actual contexto sociopolítico.



**PANO DE FUNDO**

Depois de crises mortais, conflitos, vandalização, assaltos, violência em confronto entre as populações e as autoridades policiais, bloqueio de vias, até às últimas manifestações, são o cenário que têm caracterizado o país nas últimas semanas, desde que os resultados das eleições gerais foram anunciados no passado mês de Outubro, pela Comissão Nacional de Eleições.

Não obstante os vários apelos, o quadro de violência e intolerância, sobretudo nas ruas das cidades de Maputo e Matola, persiste.

Recordando a situação, o Presidente da República, Filipe Nyusi, durante um encontro, esta segunda-feira, com a Geração 8 de Março, no qual garantiu que apenas as soluções são importantes para os moçambicanos, ao nível de uma vida de rua que pode cumprir ainda mais o cenário.

Fazendo "0 País" a uma das suas frases, "se eu não faço parte da solução, não vou mover o meu problema", dita em Setembro passado, durante a Cimeira do Futuro, em Nova York, Filipe Nyusi manifestou, esta segunda-feira, um encontro com a Geração 8 de Março, cujo objectivo é a busca de soluções para que os moçambicanos saiam do "zero" pós-eleitoral.

"A solução deste encontro, não faríamos em condições, de todos juntos partilharmos ideias. Mas é o que avalio, involuntariamente, e com muita satisfação, é o facto de ser um acto de patriotismo, em um acto de sentido de missão, essa missão que já tivemos numa situação muito difícil, e não só, dentro do Estado de Direito Democrático", disse.

O Presidente da República começou por destacar a importância histórica da Geração 8 de Março para o desenvolvimento nacional, como um factor que vai criar valor para que se ultrapassem os problemas da instabilidade político-social causada pelos protestos pós-eleitorais.

Filipe Nyusi referiu-se à liderança do grupo como "uma vontade genuína e prioritária para fazer parte da solução", defendeu.

O chefe do Estado alusitano que o actual é único interesse dos moçambicanos são as soluções para a estabilidade e não há espaço para proferir palavras sem que se tenha um plano.

"Aqui não está para dizer que a solução é a solução, não estamos para juntos procurarmos qual é a solução do problema para que os moçambicanos voltem a ter uma vida tranquila e possam contribuir, cada um à sua maneira, para a construção deste país que tanto precisa", declarou.

No diálogo com o Presidente da República, o grupo que no passado foi parte da Geração 8 de Março disse que, tal como no passado, vai encontrar soluções, além, há para trazer soluções que o grupo já está a fazer.

"O 8 de Março sempre foi uma geração de pessoas, de jovens, que procuram soluções para este país", afirmou.

Além disso, para resolver alguns problemas há apenas poucas determinações, pois "somos seres trabalhadores, acreditamos em si, que podemos fazer a mudança, na área da educação, na área da economia em geral e na área da defesa do país", acrescentou.

2 | O País | Quinta, 21 de Novembro de 2024

## PANO DE FUNDO

# Manifestações paralisam trânsito na cidade de Maputo

O trânsito ficou paralisado, ontem, às 12h00, em algumas avenidas da Cidade de Maputo, em resultado dos protestos contra os resultados eleitorais. Os manifestantes tocaram buzinas, vestiram-se de preto, cantaram e exibiram cartazes. Tudo decorreu de forma pacífica.



Na foto: Oito

Postalmente às 12h00, o trânsito parou, literalmente, em algumas avenidas da cidade de Maputo. Com o relógio numa mão e a outra no volante, os condutores acurraram buzinas e o arto teve réplica. Era uma nova forma de os manifestantes fazerem-se ouvir. Mas não foi só isso que aconteceu. Vestidos de preto, alguns manifestantes encheram as avenidas de Maputo, cantaram e exibiram cartazes... trânsito congestionado. Até que se que estavam nos seus postos de trabalho, juntaram-se aos protestos. E eles manifestaram, em diversas artérias, saber muito bem porque de estavam envolvidos neste movimento: protestar contra os resultados eleitorais anunciados pela Comissão Nacional de Eleições, que consideram injustos e fraudulentos. Por isso, as pessoas que se fizeram à rua exigem verdade eleitoral.

E os protestos aconteceram de forma pacífica. Entretanto, há quem não gostou da atitude de alguns manifestantes, naquelas 15 minutos, considerando que a sua iniciativa considerava-se em impedir que tomasse, de forma normal, a sua direcção para desenvolver as suas actividades.

Na Estrada Nacional Número Quatro (EN4), precisamente na zona de Maquim, no bairro Late Claret, os manifestantes pararam no meio da via e interromperam o trânsito.

Uma manifestação que não só foi captada pelas lentes de várias televisões, como também por câmaras amadoras. E, tal procedimento, foi desde o trânsito paralisado às buzinas que soavam sons por algumas vias.

O que não estavam nas viaturas, juntaram-se aos outros, formaram pequenos grupos e cantavam, exibindo cartazes. Todo o movimento durou, exactamente, 15 minutos.

Durante este período, nenhuma polícia esteve na estrada para regular o trânsito e, muito menos, para dispersar os manifestantes. As avenidas que dão acesso às instituições sensíveis, como a Presidência da República, Praia Vermelha, Ministério da Defesa Nacional e do Interior, ficaram temporariamente fechadas. Depois de 15 minutos, tudo voltou ao normal e a Polícia esteve lá para orientar o trânsito.

## Vias da Cidade de Maputo bloqueadas por manifestantes

O trânsito ficou paralisado, esta quarta-feira, na capital do país. Cidadãos ocuparam algumas faixas de rodagem e avenidas para impedir a circulação de viaturas, no âmbito dos protestos contra os resultados eleitorais. Uma mulher foi atropelada por um carro militar.



Na foto: António

A situação ganhou contornos dramáticos quando, na Avenida Eduardo Mondlane, uma das manifestantes foi atropelada por um carro militar. O incidente gerou indignação entre os protestantes, que, em resposta, incendiaram pneus no meio da estrada. A partir desse momento, o ambiente tornou-se tenso e caótico.

Os manifestantes exigiram explicações dos militares sobre o atropelamento. As Forças Armadas de Moçambique tentaram negociar com os protestantes, conseguindo, em algum momento, acalmar a situação. A vítima do atropelamento foi transportada para uma viatura particular para o Hospital Central de Maputo, onde foi confirmada a sua entrada em estado grave.

O ambiente tornou-se ainda mais conflituoso quando o porta-voz da Polícia da República de Moçambique (PRM) chegou à Avenida Eduardo Mondlane, o que exacerbou os ânimos dos manifestantes. A polícia recorreu ao uso de gás lacrimogénico para dispersar os protestantes.

Apesar do cenário de tensão, antes desses acontecimentos, as ruas e avenidas da cidade permaneceram bloqueadas ao trânsito de viaturas entre as 08h00 e as 12h00. As vias estavam interditadas aos veículos, mas abertas para os manifestantes. Qualquer tentativa de circulação de veículos durante esse período era imediatamente interrompida pelos protestantes, que abordavam os carros e forçavam os motoristas a pararem. Alguns se autodenominavam podiam circular livremente.

A paralização do trânsito afectou também o sistema de transportes públicos, com viaturas transportadoras semicobertas de passageiros a interromperem a actividade e a saírem os seus veículos para bloquear as vias. Como resultado, muitos cidadãos tiveram de caminhar longas distâncias para chegar aos seus destinos.

Enquanto isso, viajantes provenientes da África do Sul que tentavam regressar à sua terra natal também ficaram presos na cidade devido às manifestações. Alguns referiram que foram informados pelas autoridades de que as vias estavam intransitáveis e que seria melhor aguardarem até que a situação melhorasse. Muitos dos passageiros acurraram sob a ponte Maputo-Katembe, sem acesso a alimentação ou qualquer infra-estrutura de apoio.

Os manifestantes, que exibiam cartazes e entoavam cânticos, exigiram o que consideram a "verdade eleitoral". Em algumas áreas, a situação tornou-se surreal, com pessoas a sentarem-se no meio da via, a cozinhar e até a dançar. Entre os manifestantes, estavam também crianças. A polícia, por sua vez, procurava contornar ou retirar os obstáculos rodados nas estradas, permitindo a continuidade do trânsito.

Os chamados BTR só se limitaram a circular pelas ruas da cidade, sem disparar de gás lacrimogénico. O cenário de bloqueio assistiu-se em todas as principais vias que dão acesso ao centro da capital moçambicana.

### Chinês tenta atirar contra manifestantes na Cidade de Maputo

Um homem de nacionalidade chinesa foi detido pela polícia, após tentar atirar contra um grupo de manifestantes que interromperam a sua viatura, para que não seguisse viagem. O facto deu-se na baixa da Cidade de Maputo.

A viatura foi interceptada na esquina entre as avenidas 25 de Setembro e Filipe Santal Magia.

Os manifestantes rodearam a viatura do cidadão chinês e exigiram que não seguisse a viagem.

Revolvido, o homem tirou uma arma, mas, de imediato, foi imobilizado pelos manifestantes.

Na mesma altura, os agentes da polícia que estavam nas proximidades detiveram o cidadão chinês e conduzirão-o à primeira esquadra.

File | C:/Users/Mbebe/Desktop/jornalismo%20de%20paz/jornais/novembro/mz%20O%20País\_29112024.pdf

Draw | Ask Copilot | 2 of 12

### PRANO DE FUNDO

## Polícia fere cidadão com gás lacrimogêneo e terá matado outro na Cidade de Maputo

Um cidadão foi gravemente ferido por uma rajada de gás lacrimogêneo quando a polícia tentava dispersar protestantes da Cidade de Maputo. No incidente do Mercado Unificado do Zimpeto, os protestantes incendiaram duas postes públicas em retaliação ao batimento de três cidadãos.



**“As pessoas que estavam não lhes foi feito nada, mas a pessoa que saiu da sua casa com objetivo de trabalhar, escolheram-na para tirar a sua vida”, contou Pedro Patricio, testemunha dos factos.**

**N**o segundo dia desta semana, a Polícia dispersou os manifestantes do Mercado Unificado do Zimpeto, na Cidade de Maputo, com gás lacrimogêneo e uma rajada de gás lacrimogêneo. Um cidadão foi gravemente ferido por uma rajada de gás lacrimogêneo quando a polícia tentava dispersar protestantes da Cidade de Maputo. No incidente do Mercado Unificado do Zimpeto, os protestantes incendiaram duas postes públicas em retaliação ao batimento de três cidadãos.

Um cidadão foi gravemente ferido por uma rajada de gás lacrimogêneo quando a polícia tentava dispersar protestantes da Cidade de Maputo. No incidente do Mercado Unificado do Zimpeto, os protestantes incendiaram duas postes públicas em retaliação ao batimento de três cidadãos.

Um cidadão foi gravemente ferido por uma rajada de gás lacrimogêneo quando a polícia tentava dispersar protestantes da Cidade de Maputo. No incidente do Mercado Unificado do Zimpeto, os protestantes incendiaram duas postes públicas em retaliação ao batimento de três cidadãos.